

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	8
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	21

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	61
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	62
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	63

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	622.139.776
Preferenciais	88.643.080
Total	710.782.856
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	1.865.034	2.044.991
1.01	Ativo Circulante	732.157	962.885
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.210	20.781
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.206	2.060
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	169	134
1.01.02.01.03	Instrumentos financeiros derivativos ativo	169	134
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	2.037	1.926
1.01.03	Contas a Receber	80.515	100.863
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	80.515	100.863
1.01.04	Estoques	351.605	525.241
1.01.06	Tributos a Recuperar	281.331	310.169
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	281.331	310.169
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.290	3.771
1.01.08.03	Outros	11.290	3.771
1.01.08.03.01	Outros ativos	11.290	3.771
1.02	Ativo Não Circulante	1.132.877	1.082.106
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	796.487	720.324
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	25.506	20.189
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	690.553	619.523
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	690.553	619.523
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	80.428	80.612
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	47.613	41.592
1.02.01.10.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	32.815	39.020
1.02.02	Investimentos	1.013	1.013
1.02.02.01	Participações Societárias	1.013	1.013
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	1.013	1.013
1.02.03	Imobilizado	335.223	360.456
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	54.891	62.358
1.02.03.01.01	Imobilizado	54.891	62.358
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	280.332	298.098
1.02.04	Intangível	154	313
1.02.04.01	Intangíveis	154	313
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	154	313

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	1.865.034	2.044.991
2.01	Passivo Circulante	1.118.659	1.360.411
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	36.374	31.424
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	36.374	31.424
2.01.02	Fornecedores	764.425	872.383
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	764.425	872.383
2.01.03	Obrigações Fiscais	65.626	66.477
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	65.626	66.477
2.01.03.01.02	Obrigações fiscais	65.626	66.477
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	105.834	235.799
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	105.834	235.799
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	105.834	235.799
2.01.05	Outras Obrigações	146.400	154.328
2.01.05.02	Outros	146.400	154.328
2.01.05.02.05	Passivos de arrendamento	111.920	113.923
2.01.05.02.06	Receita diferida	6.117	8.203
2.01.05.02.07	Outros passivos	27.544	31.362
2.01.05.02.10	Instrumentos financeiros derivativos passivo	819	840
2.02	Passivo Não Circulante	648.134	615.540
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	403.326	347.363
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	398.174	341.357
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	398.174	341.357
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	5.152	6.006
2.02.01.03.01	Empréstimos com partes relacionadas	5.152	6.006
2.02.02	Outras Obrigações	230.438	250.161
2.02.02.02	Outros	230.438	250.161
2.02.02.02.03	Passivo de arrendamento	230.438	250.161
2.02.04	Provisões	14.370	18.016
2.02.04.02	Outras Provisões	14.370	18.016
2.02.04.02.04	Provisão para desmantelamento	7.487	7.310
2.02.04.02.05	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.622	4.811
2.02.04.02.06	Obrigações fiscais	5.261	5.895
2.03	Patrimônio Líquido	98.241	69.040
2.03.01	Capital Social Realizado	66.127	66.127
2.03.02	Reservas de Capital	6	6
2.03.02.07	Reserva de Capital	6	6
2.03.04	Reservas de Lucros	32.108	2.907
2.03.04.01	Reserva Legal	4.984	1.225
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	27.124	0
2.03.04.10	Reserva para investimentos	0	1.682

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	465.421	1.231.362	545.451	1.394.398
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-285.725	-727.259	-336.898	-823.744
3.03	Resultado Bruto	179.696	504.103	208.553	570.654
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-166.151	-352.497	-197.440	-405.368
3.04.01	Despesas com Vendas	-145.537	-316.617	-172.051	-355.924
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-21.530	-45.836	-26.572	-51.741
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	916	9.956	1.183	2.297
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	13.545	151.606	11.113	165.286
3.06	Resultado Financeiro	-27.568	-54.959	-42.355	-83.961
3.06.01	Receitas Financeiras	40.170	89.503	36.174	74.877
3.06.02	Despesas Financeiras	-67.738	-144.462	-78.529	-158.838
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-14.023	96.647	-31.242	81.325
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	4.736	-30.764	10.679	-26.833
3.08.01	Corrente	0	-24.558	0	-34.727
3.08.02	Diferido	4.736	-6.206	10.679	7.894
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-9.287	65.883	-20.563	54.492
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-9.287	65.883	-20.563	54.492
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,0131	0,0927	-0,0331	0,0876
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	PN	-0,0131	0,0927	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	-9.287	65.883	-20.563	54.492
4.03	Resultado Abrangente do Período	-9.287	65.883	-20.563	54.492

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 30/06/2026	Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	249.828	162.551
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	184.935	184.932
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	96.647	81.325
6.01.01.02	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-2.384	-2.371
6.01.01.04	Depreciação e amortização	64.360	66.090
6.01.01.05	Valor residual baixado de ativo imobilizado	-632	-2.139
6.01.01.06	Provisão para perdas esperadas de contas a receber	1.142	980
6.01.01.07	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-3.188	1.399
6.01.01.08	Provisão (reversão) para obsolescência dos estoques	-51	-242
6.01.01.09	Juros sobre empréstimos para partes relacionadas	-54.042	-41.695
6.01.01.10	Juros sobre empréstimos de partes relacionadas	456	440
6.01.01.11	Juros de empréstimos e financiamentos	45.594	43.520
6.01.01.12	Juros de passivos de arrendamentos	23.648	25.922
6.01.01.14	Ajuste a valor presente de contas a receber, estoques e fornecedores	10.507	10.847
6.01.01.15	Variação cambial, líquida	0	-595
6.01.01.16	Juros sobre parcelamento de tributos e outros	2.878	1.451
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	64.893	3.767
6.01.02.01	Contas a receber	19.439	-69.734
6.01.02.02	Estoques	175.108	167.196
6.01.02.03	Impostos a recuperar	28.871	78.640
6.01.02.04	Adiantamentos a partes relacionadas	199	-20.732
6.01.02.05	Outros ativos	-32.077	-61.328
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-3.638	7.131
6.01.02.07	Fornecedores	-141.124	-90.369
6.01.02.08	Obrigações trabalhistas	4.950	6.347
6.01.02.09	Obrigações fiscais	-2.113	8.903
6.01.02.10	Receita diferida	-2.086	2.494
6.01.02.11	Pagamento de processos cíveis e trabalhistas	0	-451
6.01.02.12	Outros passivos	-3.642	-5.015
6.01.02.14	Fornecedores risco sacado terceiros	0	-23.205
6.01.02.15	Fornecedores risco sacado partes relacionadas	21.006	13.523
6.01.02.16	Receita diferida de contrato de parceria	0	-9.633
6.01.03	Outros	0	-26.148
6.01.03.01	Dividendos	0	-27.622
6.01.03.02	Operações com Swap	0	1.474
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-61.031	-4.627
6.02.01	Empréstimos concedidos de partes relacionadas, líquido de recebimentos	-53.869	4.238
6.02.02	Aquisição de ativo imobilizado	-1.678	-4.445
6.02.03	Operações com Swap	-56	955
6.02.04	Liberação da aplicação financeira como garantia	-5.428	-5.375
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-204.368	-196.912
6.03.01	Empréstimos captados de partes relacionadas, líquido de captações	-1.310	-1.269

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2026 à 30/06/2026	01/01/2025 à 30/06/2025
6.03.02	Pagamentos de passivo de arrendamento	-81.961	-82.107
6.03.03	Captação de empréstimos e financiamentos	40.298	324.347
6.03.04	Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	-49.096	-43.547
6.03.05	Amortização de empréstimos e financiamentos	-107.035	-390.275
6.03.06	Custos de transação	-5.264	-4.061
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-15.571	-38.988
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	20.781	46.256
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.210	7.268

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	66.127	6	1.225	1.682	0	69.040
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	66.127	6	1.225	1.682	0	69.040
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-36.682	0	-36.682
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-36.682	0	-36.682
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	65.883	0	65.883
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	65.883	0	65.883
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.759	-3.759	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.759	-3.759	0	0
5.07	Saldos Finais	66.127	6	4.984	27.124	0	98.241

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	56.127	6	11.225	0	0	67.358
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	56.127	6	11.225	0	0	67.358
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-45.000	0	-45.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-45.000	0	-45.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	54.491	0	54.491
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	54.491	0	54.491
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	56.127	6	11.225	9.491	0	76.849

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	1.826.362	2.093.019
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.635.753	1.851.703
7.01.02	Outras Receitas	191.751	242.296
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.142	-980
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.237.103	-1.424.735
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.080.614	-1.259.665
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-156.900	-167.244
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	411	2.174
7.03	Valor Adicionado Bruto	589.259	668.284
7.04	Retenções	-64.359	-66.090
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-64.359	-66.090
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	524.900	602.194
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	92.490	77.022
7.06.02	Receitas Financeiras	92.490	77.022
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	617.390	679.216
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	617.390	679.216
7.08.01	Pessoal	124.848	140.677
7.08.01.01	Remuneração Direta	102.204	116.142
7.08.01.02	Benefícios	13.039	14.156
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.605	10.379
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	274.250	303.098
7.08.02.01	Federais	92.395	113.621
7.08.02.02	Estaduais	172.239	179.837
7.08.02.03	Municipais	9.616	9.640
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	152.410	180.950
7.08.03.02	Aluguéis	81.961	82.107
7.08.03.03	Outras	70.449	98.843
7.08.03.03.01	Despesas financeiras	61.502	73.911
7.08.03.03.02	Outros	8.947	24.932
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	65.882	54.491
7.08.04.02	Dividendos	35.000	45.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	30.882	9.491

Comentários de Desempenho

2º trimestre 2026

A Kalunga é a maior varejista de suprimentos para escritório e material escolar no Brasil e atua por meio de suas 213 lojas físicas distribuídas em 21 Estados brasileiros e no Distrito Federal, nos principais shoppings centers e pontos estratégicos localizados nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Bahia, Pernambuco, Ceará, Goiás, Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rondônia, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Piauí. Além das lojas físicas possui os canais digitais, operando de forma totalmente integrada entre o ambiente online e offline (omnichannel). Para suportar sua operação, a Kalunga possui três centros de distribuição no estado de São Paulo e trabalha com 20 marcas exclusivas, distribuindo mais de 15 mil SKUs e oferecendo adicionalmente os serviços de gráfica rápida, acabamento e digitalização por meio do Copy & Print.

Mensagem da Administração

Nos primeiros seis meses de 2026, a Companhia atuou em um ambiente macroeconômico ainda restritivo, marcado por juros elevados e pressão sobre o consumo. Mesmo nesse contexto, a Kalunga manteve a solidez operacional e financeira de seus negócios, encerrando o período com lucro líquido estável em R\$65,9 milhões, além de avanços importantes em eficiência operacional, controle de despesas e redução do endividamento.

A receita bruta totalizou R\$1.692,4 milhão no semestre. Ainda que impactado por um cenário de demanda mais cauteloso, o desempenho operacional demonstrou resiliência, sustentado pela integração *omnichannel*, disciplina na gestão de custos e forte posicionamento competitivo da Companhia.

O EBITDA Ajustado atingiu R\$211,1 milhões no período, refletindo principalmente a menor alavancagem operacional. Ainda assim, a Companhia preservou margens operacionais saudáveis e reforçou sua capacidade de geração de caixa.

A Kalunga segue como a maior varejista brasileira do segmento de suprimentos para escritório e material escolar, com 213 lojas distribuídas nacionalmente e uma plataforma *omnichannel* cada vez mais integrada.

Omnichannel e Canal Digital

Acreditamos cada vez mais que a integração entre os canais *online* e *offline* é um diferencial competitivo relevante frente a outros *players* e por isso estamos sempre em busca de desenvolver a melhor relação com os nossos clientes, fornecedores, parceiros e colaboradores. Atualmente, 100% das nossas lojas oferecem o *Store Pick-up*, Quiosque e Quiosque *Pick-up*. O *Shipping from Store* também está presente nas nossas lojas, conseguindo realizar a entrega de produtos aos clientes em até 2 horas.

Comentários de Desempenho

2º trimestre 2026

A Companhia também é responsável pela operação de 6 *Online Partner Stores*, nas quais temos parceria com nossos fornecedores para operar seus *e-commerces* e toda a logística inerente, fornecendo assim uma solução de *full commerce*.

O *website* da Companhia (Kalunga.com) contou com uma média mensal no ano de, aproximadamente, 44,7 milhões de visualizações em 6M2026 (54,5 milhões de visualizações em 6M2025). De seus 2,6 milhões de visitantes únicos médios mensais (3,1 milhões em 6M2025), 1,4 milhão acessam o site via celular (1,6 milhão em 6M2025) e 1,2 milhão via computador (1,4 milhão em 6M2025).

A Companhia possui uma estratégia clara de progredir e desenvolver a área de logística de forma a: (i) melhorar a satisfação dos clientes com maior eficiência e agilidade nas entregas; (ii) reduzir custos trazendo melhorias de rentabilidade; e (iii) consolidar a sua presença nacional, seja entrando em novas cidades estratégicas e/ou aumentando sua participação de mercado onde já atua.

Evolução de lojas

Em 2T2026, inauguramos 1 loja, tivemos 2 lojas descontinuadas, encerrando assim 2T2026 com 213 lojas.

Agradecimentos

Como mencionado anteriormente, o 2T2026 se mostrou difícil para os varejistas e exigiu cautela, em decorrência de uma inflação persistente que pressionou o poder de compra e afetou o comportamento do consumidor, bem como pelo elevado endividamento das famílias, que atingiu o recorde histórico de 81,6% em junho/26 (Peic/CNC), situação essa que fica mais adversa com a postura conservadora do Banco Central na manutenção dos juros em um patamar elevado (taxa Selic em junho 2026 de 14,25%). Desta forma, a conjuntura tem demandado cautela nas tomadas de decisão e empenho ainda maior nas operações. Por fim, agradecemos aos nossos acionistas e fornecedores que assim como nós continuam empenhados em ajudar a Kalunga a permanecer sendo referência do setor.

Independente do cenário que enfrentarmos, buscamos ser uma Companhia admirada por todos seus *stakeholders*.

A Administração

Comentários de Desempenho

2º trimestre 2026

Destaques operacionais e financeiros



CANAL DIGITAL

- ☞ A estratégia da Companhia tem sido de focar nas vendas *omnichannel* que contribuíram com 9,1% da receita bruta em 6M2026 comparado aos 8,9% em 2025, representando um crescimento de 0,2 pontos percentuais.
- ☞ A receita líquida do canal digital puro, sem considerar esta receita *omnichannel*, atingiu R\$170,6 milhões em 6M2026 comparado aos R\$206,7 milhões em 6M2025, um recuo de 17,5%. Considerando somente a receita *omnichannel*, a venda líquida atingiu R\$111,7 milhões em 2026, que comparado aos R\$124,7 milhões em 2025 representou um recuo de 10,5%. Em relação a receita líquida total, o canal digital + *omnichannel* representou 22,9%.
- ☞ Continuamos com 6 operações no conceito *full commerce* (HP, Brother, Spiral, Epson, Faber-Castell e Duracell) e continuamos as tratativas com outros parceiros que veem a possibilidade de unir a força de suas marcas, com a tecnologia e *expertise* em *e-commerce* da Kalunga.



LOJAS FÍSICAS

- ✍ A Companhia alterou a quantidade de lojas em comparação ao mesmo período do ano anterior, conforme demonstrado abaixo:
 - 2 lojas inauguradas, 4 lojas descontinuadas. Portanto, a Kalunga encerrou 6M2026 com 213 lojas.
 - 1 loja inaugurada, 3 lojas descontinuadas e 1 mudança de endereço em 6M2025. Portanto, a Kalunga encerrou 6M2025 com 223 lojas.
 - A Receita Líquida de Lojas Físicas atingiu R\$1.059,0 milhões em 6M2026, que comparado com R\$1.185,1 milhão em 6M2025, apresentou um recuo de 10,7%.
 - O *Same Store Sales* (SSS)¹ em 6M2026 foi de -9,8% (2,7% em 6M2025).



COPY & PRINT

- ☞ A Receita Líquida do Copy & Print atingiu R\$1,8 milhão em 6M2026 comparado aos R\$2,5 milhões em 2025, portanto, representando um recuo de 28,6%.
- ☞ A Copy & Print encerrou o primeiro semestre com 6 unidades de negócio.

¹ SSS – *Same Store Sales*, considera-se o crescimento das vendas brutas de mesmo período para todas as lojas que já estavam abertas no período anterior

Comentários de Desempenho

2º trimestre 2026



DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

- \$ Receita líquida de R\$1.231,4 milhão no 6M2026, contra R\$1.394,4 milhão em 6M2025, portanto, um recuo de 11,7%.
- \$ Lucro líquido de R\$65,9 milhões no 6M2026, contra um lucro líquido de R\$54,5 milhões em 6M2025, portanto, um incremento de 21,0%, sobretudo com a redução nas despesas operacionais em 13,0%.
- \$ Os investimentos da Companhia em imobilizado e ativo intangível, para viabilizar os projetos, totalizaram R\$1,7 milhão em 6M2026 e R\$4,4 milhões em 6M2025.
- \$ Em 30 de junho de 2026 a Companhia contava com 4.001 colaboradores ativos e com um índice de rotatividade (*turnover*) de 16,2% e 4.701 colaboradores ativos e turnover de 13,6% em 30 de junho de 2025.

Receita líquida de vendas

No período findo em 30 de junho de 2026, a receita líquida de vendas totalizou R\$1.231,4 milhão, comparado aos R\$1.394,4 milhões de 2025, representou um recuo de 11,7% da receita líquida, fruto da queda de 10,7% da receita líquida de lojas físicas no período e de 17,5% no canal digital.

(em R\$ mil, exceto %)	Trimestre findo em 30 de junho de			Período de seis meses findo em 30 de junho de		
	2026	2025	A.H.	2026	2025	A.H.
Lojas Físicas	388.824	450.183	-13,6%	1.058.968	1.185.144	-10,7%
<i>Omnichannel</i>	53.898	63.592	-15,2%	111.715	124.777	-10,5%
Canal Digital	75.650	93.917	-19,5%	170.595	206.735	-17,5%
Copy & Print	947	1.351	-29,9%	1.799	2.519	-28,6%
Receita líquida	465.421	545.451	-14,7%	1.231.362	1.394.398	-11,7%

(1) Omnichannel está contabilizado na linha das lojas físicas.

Comentários de Desempenho

2º trimestre 2026

Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados

No período findo em 30 de junho de 2026, o custo das mercadorias vendidas e serviços prestados foi de R\$727,3 milhões comparado aos R\$823,7 milhões em 2025, ou seja, -11,7%, refletindo ganhos de eficiência operacional e uma gestão rigorosa de estoques. Mesmo diante do cenário macroeconômico restritivo, essa otimização permitiu a preservação das margens e uma estrutura de custos mais ágil.

(em R\$ mil, exceto %)	Trimestre findo em 30 de junho de			Período de seis meses findo em 30 de junho de		
	2026	2025	A.H.	2026	2025	A.H.
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(285.725)	(336.898)	-15,2%	(727.259)	(823.744)	-11,7%
% da Receita Líquida	61,4%	61,8%	-0,4 p.p.	59,1%	59,1%	0,0 p.p.

Lucro bruto

O lucro bruto no período findo em 30 de junho de 2026 foi de R\$504,1 milhões, comparado aos R\$570,7 milhões em 2025, apresentou decréscimo de R\$66,6 milhões ou -11,7%, reflexo da queda da receita líquida. A Companhia preservou um patamar sólido de margem bruta atingindo 41,0% em 2026 e em 2025, refletindo a disciplina comercial, gestão eficiente de estoques e ganhos operacionais implementados ao longo dos últimos trimestres.

(em R\$ mil, exceto %)	Trimestre findo em 30 de junho de			Período de seis meses findo em 30 de junho de		
	2026	2025	A.H.	2026	2025	A.H.
Lucro Bruto	179.696	208.553	-13,8%	504.103	570.654	-11,7%
% da Receita Líquida	38,6%	38,2%	0,4 p.p.	40,9%	40,9%	0,0 p.p.

Despesas operacionais

No exercício findo em 30 de junho de 2026, as despesas operacionais foram de R\$352,5 milhões em comparação com os R\$405,4 milhões apurados em 2025, portanto, registrando uma expressiva queda de 13,0%.

No 6M2026, as despesas com vendas apresentaram recuo de 11,0% estando relacionados a um recuo com salários e encargos sociais em relação ao 6M2025. As despesas gerais e administrativas tiveram um decréscimo de 11,4%, devido a despesas com serviços de terceiros, outras despesas e depreciação

Comentários de Desempenho

2º trimestre 2026

e amortizações. E em Outras receitas líquidas em 6M2026 apresentaram expressivo aumento devido a recuperação de INSS de R\$6,5 milhões. Esses movimentos refletem o esforço contínuo da Companhia na otimização de sua estrutura de despesas e na busca por eficiência operacional, visando mitigar a pressão sobre as margens e reforçar a resiliência do resultado operacional diante do cenário de mercado.

(em R\$ mil, exceto %)	Trimestre findo em 30 de junho de			Período de seis meses findo em 30 de junho de		
	2026	2025	A.H.	2026	2025	A.H.
Com vendas	(145.537)	(172.051)	-15,4%	(316.617)	(355.924)	-11,0%
Gerais e administrativas	(21.530)	(26.572)	-18,9%	(45.836)	(51.741)	-11,4%
Outras receitas (despesas), líquidas	916	1.183	-22,6%	9.956	2.297	333,4%
Despesas operacionais	(166.151)	(197.440)	-15,9%	(352.497)	(405.368)	-13,0%
% da Receita Líquida	35,7%	36,2%	-0,5 p.p.	28,6%	29,1%	-0,5 p.p.

Lucro operacional

No período findo em 30 de junho de 2026, o lucro operacional foi de R\$151,6 milhões, frente aos R\$165,3 milhões registrados em 6M2025, houve uma redução de 8,3%. Mesmo diante da retração de receita observada no trimestre, a Companhia manteve elevada resiliência operacional. A margem operacional de 12,3% em 6M2026 e 11,9% em 6M2025 apresentou uma variação de 0,4 ponto percentual em relação ao 6M2025, refletindo os ganhos de eficiência e o rígido controle de despesas implementados pela Administração.

(em R\$ mil, exceto %)	Trimestre findo em 30 de junho de			Período de seis meses findo em 30 de junho de		
	2026	2025	A.H.	2026	2025	A.H.
Lucro Operacional	13.545	11.113	21,9%	151.606	165.286	-8,3%
% da Receita Líquida	2,9%	2,0%	0,9 p.p	12,3%	11,9%	0,4 p.p

Resultado financeiro líquido

No 6M2026, foram registradas receitas financeiras de R\$89,5 milhões e despesas financeiras de R\$144,5 milhões, resultando em uma despesa financeira líquida de R\$55,0 milhões, em comparação com R\$84,0 milhões em 6M2025, portanto, um recuo de 34,5% das despesas financeiras, líquidas. Este recuo é explicado pela estratégia de desalavancagem financeira da Companhia e aumento das receitas financeiras decorrentes dos juros de mercado cobrados do saldo de partes relacionadas.

Comentários de Desempenho

2º trimestre 2026

(em R\$ mil, exceto %)	Trimestre findo em 30 de junho de			Período de seis meses findo em 30 de junho de		
	2026	2025	A.H.	2026	2025	A.H.
Despesas financeiras	(67.738)	(78.529)	-13,7%	(144.462)	(158.838)	-9,1%
Receitas financeiras	40.170	36.174	11,0%	89.503	74.877	19,5%
Resultado financeiro	(27.568)	(42.355)	-34,9%	(54.959)	(83.961)	-34,5%
% da Receita líquida	5,9%	7,8%	-1,9 p.p	4,5%	6,0%	-1,5 p.p

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

No período findo em 30 de junho, o resultado antes do imposto de renda e da contribuição social foi um lucro de R\$96,6 milhões, comparado a um lucro de R\$81,3 milhões em 2025, representando 7,8% e 5,8% de receita líquida respectivamente, ou seja, um aumento de 2,0 pontos percentuais.

(em R\$ mil, exceto %)	Trimestre findo em 30 de junho de			Período de seis meses findo em 30 de junho de		
	2026	2025	A.H.	2026	2025	A.H.
Lucro (Prejuízo) antes do IR e da CS	(14.023)	(31.242)	-55,1%	96.647	81.325	18,8%
% da Receita líquida	3,0%	5,7%	-2,7 p.p	7,8%	5,8%	2,0 p.p

Imposto de renda e contribuição social

No período findo em 30 de junho de 2026, o imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) totalizaram uma despesa de R\$30,8 milhões comparado a R\$26,8 milhões em 2025. Esse imposto representou 31,8% do resultado antes do imposto de renda e contribuição social gerado em 2026 comparado com 33,0% em 2025, portanto, uma variação negativa de 1,2 ponto percentual.

(em R\$ mil, exceto %)	Trimestre findo em 30 de junho de			Período de seis meses findo em 30 de junho de		
	2026	2025	A.H.	2026	2025	A.H.
Corrente	-	-	-	(24.558)	(34.727)	-29,3%
Diferido	4.736	10.679	-55,7%	(6.206)	7.894	n/a
IR e CSLL	4.736	10.679	-55,7%	(30.764)	(26.833)	14,7%
% do Lucro (Prejuízo) antes do IR/CS	33,8%	34,2%	-0,4 p.p	31,8%	33,0%	-1,2 p.p

Comentários de Desempenho

2º trimestre 2026

Lucro líquido do exercício

No período findo em 30 de junho de 2026, o lucro líquido da Companhia foi de R\$65,9 milhões comparado a um lucro de R\$54,5 milhões em 2025, que representa um incremento de 20,9%. Esse resultado reflete o equilíbrio entre o desempenho operacional e o impacto das taxas de juros restritivas sobre o serviço da dívida. O incremento do lucro líquido, em patamares superiores à 6M2025, reitera o compromisso da administração com a disciplina financeira e a mitigação de riscos macroeconômicos em um ambiente de crédito ainda restritivo no Brasil.

(em R\$ mil, exceto %)	Trimestre findo em 30 de junho de			Período de seis meses findo em 30 de junho de		
	2026	2025	A.H.	2026	2025	A.H.
Prejuízo Líquido (lucro) do Período	(9.287)	(20.563)	-54,8%	65.883	54.492	20,9%
% da Receita Líquida	2,0%	3,8%	-1,8 p.p	5,4%	3,9%	1,5 p.p

EBITDA e EBITDA Ajustado

No período findo em 30 de junho de 2026, o EBITDA da Companhia foi de R\$215,9 milhões comparado a R\$231,4 milhões no 2025, que representa uma queda de 6,7%. Apesar da menor diluição operacional decorrente do cenário de consumo mais cauteloso, a Companhia manteve uma margem EBITDA Ajustada robusta de 17,1%, demonstrando a implementação de medidas de eficiência operacional e o rígido controle de despesas de SG&A.

Conciliação do EBITDA

(em R\$ mil, exceto %)	Trimestre findo em 30 de junho de			Período de seis meses findo em 30 de junho de		
	2026	2025	A.H.	2026	2025	A.H.
Prejuízo Líquido (lucro) do Período	(9.287)	(20.563)	-54,8%	65.883	54.492	20,9%
(+) IR / CS	(4.736)	(10.679)	-55,7%	30.764	26.833	14,6%
(+) Resultado financeiro, líquido	27.568	42.355	-34,9%	54.959	83.961	-34,5%
(+) Depreciação e amortização	31.975	33.106	-3,4%	64.360	66.090	-2,6%
EBITDA	45.520	44.219	2,9%	215.966	231.376	-6,7%
(+) Despesas não recorrentes	3.651	15.402	-76,3%	(4.852)	18.948	n/a
EBITDA Ajustado	49.171	59.621	-17,5%	211.114	250.324	-15,7%
Margem EBITDA ajustado	10,6%	10,9%	-0,3 p.p.	17,1%	18,0%	-0,9 p.p.

Comentários de Desempenho

2º trimestre 2026

Situação patrimonial

Patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2026, o patrimônio líquido era de R\$98,2 milhões e R\$69,0 milhões em 31 de dezembro de 2025, um crescimento expressivo de 42,3%. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o patrimônio líquido era de 5,3% e 3,4%, respectivamente.

(em R\$ mil, exceto %)	30/06/2026	31/12/2025	A.H.
Patrimônio líquido	98.241	69.040	42,3%
Total do Passivo e PL	1.865.034	2.044.991	-8,8%
% PL / Passivo	5,3%	3,4%	1,9 p.p

Dívida líquida

A dívida líquida totalizou R\$471,3 milhões em 30 de junho de 2026, 11,8% menor do que a dívida líquida de R\$534,3 milhões registrada em 31 de dezembro de 2025, sendo que o endividamento bruto apresentado foi de R\$504,0 milhões em 30 de junho 2026, contra R\$577,2 milhões em 31 de dezembro de 2025, portanto uma redução nominal de R\$73,1 milhões ou 12,7%, esta diminuição é proveniente dos esforços da Administração em disciplina financeira e foco na otimização da estrutura de capital.

(em R\$ mil, exceto %)	30/06/2026	31/12/2025	A.H.
Dívida bruta	504.008	577.156	-12,7%
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(5.210)	(20.781)	-74,9%
(-) Aplicação financeira	(27.543)	(22.115)	24,5%
Dívida líquida	471.255	534.260	-11,8%



Comentários de Desempenho

2º trimestre 2026

Dívida Líquida/EBITDA Ajustado

A relação entre a dívida líquida e o EBITDA Ajustado 12M, em 30 de junho de 2026 foi de 1,3x, portanto o mesmo registrado em 31 de dezembro de 2025, permanecendo em patamar controlado.

(em R\$ mil, exceto %)	30/06/2026	31/12/2025	A.H.
Dívida Líquida	471.255	534.260	-11,8%
EBITDA Ajustado 12M	353.151	392.361	-10,0%
Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado 12M	1,3x	1,3x	

Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

A Companhia visando atender a legislação, mas principalmente, garantir a segurança dos dados e a privacidade de seus clientes, colaboradores e parceiros comerciais informa que investe de forma contínua em sua estrutura de TI e ambiente *web*. Recentemente os investimentos nessas áreas envolveram:

- Contratação de Seguro de Proteção de Dados e Responsabilidade Cibernética;
- Aquisição de 5 servidores via *leasing*;
- Aquisição de licença para uso do *software*;
- Serviço para a instalação do *software*; e
- Serviço de suporte técnico.

Relacionamento com auditores independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14.01.2003, e ao Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 002/2006, de 28.12.2006, a Kalunga informa que no exercício findo em 30 de junho de 2026 não contratou outros serviços, que não sejam relacionados aos de auditoria da BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda. Informamos ainda que o EBITDA e as informações não financeiras incluídas neste relatório, assim como os percentuais derivados, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Kalunga S.A. ("Kalunga" ou "Companhia") possui sede na cidade de São Paulo, tem por atividade preponderante o comércio de papéis em geral, papelaria, artigos escolares, materiais de escritório em geral, microcomputadores, softwares, equipamentos e materiais de informática em geral, entre outros, que operam sob a denominação comercial da Kalunga. Em 30 de junho de 2026, a Companhia possui três centros de distribuição localizados no Estado de São Paulo, e 213 lojas distribuídas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Distrito Federal, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Ceará, Paraíba, Maranhão, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Rondônia, Alagoas, Rio Grande do Norte, Pará, Piauí, Sergipe (215 lojas em 31 de dezembro de 2025).

Em 8 de março de 2021, a Companhia obteve o registro de companhia aberta na categoria "A" na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Desempenho

A Companhia, no 6M2026, apresentou uma redução das vendas líquidas de 11,7% em comparação com 2025. Esta redução deve-se, sobretudo, às vendas do Canal Digital, que apresentaram queda de 17,5% em relação ao período anterior, e redução nas Lojas Físicas de 10,6%, no mesmo período. As vendas em lojas físicas passaram representar 86,0% da receita líquida total frente aos 85,0% da receita líquida total no mesmo período em 2025. Vale ressaltar que as vendas Omnicanais (i.e. compradas, pelo site e entregues pelas lojas) são contabilizadas nas Lojas Físicas, visto que as emissões das notas fiscais são feitas nas Lojas Físicas.

i) Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

A Administração prezando pelas melhores práticas, considerando o aspecto histórico e de expectativa de perda futura, estimou o percentual de perdas sobre o faturamento, através de cartões de crédito, em 0,49% (0,35% em 31 de dezembro de 2025), e 0,64% através de vendas faturadas (0,63% em 31 de dezembro de 2025) os quais são utilizados como métrica para constituição e/ou manutenção da provisão para perda de crédito esperada.

Em relação às vendas corporativas, a ação contínua da Administração da Companhia na mitigação prévia dos riscos, contribuiu para a manutenção dos percentuais de recuperação históricos da Kalunga nas diferentes faixas de Vencidos e A Vencer – Faturado e, portanto, no controle dos percentuais de perdas históricas, os quais servem de base para o cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos.

Com base no monitoramento da carteira de clientes e gestão de crédito, a Companhia mensurou os níveis de provisão para perdas com recebíveis. Em relação ao total do contas a receber de clientes, a provisão em 30 de junho de 2026 equivale a 1,8% (1,3% em 31 de dezembro de 2025). Apresentou-se, portanto, tendo um aumento em comparação ao período anterior, sobretudo em função do montante de antecipações realizadas, apesar do forte volume de vendas, encerrando o ano com um saldo de antecipações de recebíveis de R\$154.741, existente em 30 de junho de 2026 (R\$144.265, em 31 de dezembro de 2025).

ii) Valor de recuperação dos estoques

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais
30 de junho de 2026
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em relação ao valor de recuperação dos estoques, a Companhia apurou uma oscilação diminuta em relação aos custos de aquisição. Comparando a margem bruta registrada no acumulado de 6M2025, com a apresentada no acumulado de 6M2026, observa-se uma estabilidade. O valor absoluto foi uma redução de R\$66,5 milhões. Em 2025 a margem bruta foi 40,9% e repetindo em 40,9% em 2026.

iii) Taxas de juros utilizadas para descontos a valor presente

Na última reunião do segundo trimestre de 2026 do Comitê de Política Monetária – Copom divulgou em sua ata que no cenário interno, a atividade econômica brasileira apresenta sinais de moderação do crescimento com a divulgação do PIB no primeiro trimestre de 2026 apontando uma retomada em relação ao final de 2025, com redução no ritmo de expansão do consumo das famílias. O mercado de trabalho permanece aquecido, com taxas de desemprego baixas, porém com sinais de acomodação. A inflação tem apresentado queda, mas continua acima da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, com expectativas de inflação (Focus) de 5,30% para 2026 e 4,10% para 2027. As expectativas de inflação seguem desancoradas, exigindo uma postura monetária restritiva por um período maior. O câmbio indica uma expectativa de apreciação e o preço das commodities mais estáveis, contribuem para condições mais favoráveis. Quanto ao ambiente externo global a incerteza se elevou com destaque para a política econômica, monetária e maior agravamento das tensões geopolíticas dos Estados Unidos que afetam as condições financeiras globais mesmo com recentes melhoras nas negociações comerciais, mas com elevação da volatilidade de preços dos ativos e commodities, no caso o petróleo. Com esse cenário o Comitê segue acompanhando com cautela a persistência de incertezas internas e externas. Conforme Ata do Comitê de Políticas Monetárias (COPOM) do Banco Central do Brasil (BCB), dos dias 16 e 17 de junho de 2026, publicada em 23 de junho de 2026, reduziu em 0,25 p.p. a taxa básica Selic que então ficou em 14,25% a.a. Nesta mesma ata, o COPOM sinalizou que seguirá avaliando se a manutenção do nível corrente por tempo prolongado será suficiente para que a inflação se mantenha em convergência com as metas. Como consequência desse cenário e considerando as taxas de antecipação de recebíveis praticadas recentemente, as projeções da taxa DI pré e prazos médios das respectivas operações, a Companhia revisou as taxas de juros utilizadas para desconto a valor presente em 30 de junho de 2026, que resultaram nas alterações como segue:

	30/06/2026	31/12/2025
Taxa de juros – AVP Clientes	1,19%am	1,20%am
Taxa de juros – AVP Fornecedores	1,60%am	1,38%am
Taxa de juros – AVP Arrendamentos	1,46%am	1,35%am

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

iv) Realização de imposto de renda diferido ativo

Refere-se basicamente ao imposto incidente sobre adições temporárias, normais a atividade da Companhia. Não foi observada nenhuma evidência que possa afetar a sua realização.

v) Avaliação de não recuperação dos ativos imobilizados, intangíveis e direitos de uso

Não foi observada nenhuma evidência que afete a recuperação desses ativos.

Em 2T2026 e 2T2025, não foram obtidos benefícios de arrendadores.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$386.502 (R\$397.525 em 31 de dezembro de 2025) derivado principalmente de sua estratégia de operar com ênfase em capital de terceiros. A Administração da Companhia ressalta que o prazo médio de recebimento de clientes é de 13 dias em 30 de junho de 2026 (11 dias em 31 de dezembro de 2025) enquanto o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 203 dias em 30 de junho de 2026 (212 dias em 31 de dezembro de 2025).

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

A Companhia apresenta um patrimônio líquido de R\$98.241 em 30 de junho de 2026 (R\$69.040 em 31 de dezembro de 2025), o que representa um aumento de 42,3%, que foi ocasionado pela manutenção do lucro do período em reserva de lucros. Em relação à geração de caixa operacional, a Companhia apresentou uma geração positiva no primeiro semestre de 2026 no valor de R\$249.828, que comparado com a geração positiva de R\$162.551 no primeiro semestre de 2025, representa um aumento de 53,7%. Tal variação deve-se substancialmente ao volume de liquidações das operações com fornecedores, relativas a empréstimos e financiamentos e redução das antecipações de contas a receber de clientes em 2026. A manutenção da geração positiva de caixa operacional permite à Companhia mitigar os efeitos do capital circulante negativo. A relação dívida líquida pelo EBITDA ficou estável no exercício, sendo de 1,4x em 2024, em 2025, e ainda 1,4x em 2026.

A estratégia de crescimento da Companhia permanece baseada na expansão dos pontos de vendas no território nacional e migração de lojas de shopping para lojas de rua.

Também continuam os estudos e desenvolvimento de atividades alternativas, principalmente focando nos canais digitais e “*Omnichannel*” da operação, com o desenvolvimento de novas ferramentas e formas de atendimento ao cliente, como por exemplo o *store pick-up* e o *shipping from store*.

A Companhia, como em anos anteriores, tem utilizado os recursos de instituições financeiras de grande porte no mercado nacional. As linhas de crédito mais utilizadas são: capital de giro (garantidos por aval dos acionistas, recebíveis e aplicações financeiras) e antecipações de recebíveis (cartões).

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de elaboração

As informações contábeis intermediárias da Companhia referentes ao período findo em 30 de junho de 2026, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB"). As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, e de acordo com a norma internacional IAS 34.

As informações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das informações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em consonância com a Deliberação CVM N° 557, de 12 de novembro de 2008, a Companhia na condição de companhia aberta apresenta as informações do valor adicionado (DVA), referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, segundo o CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado.

Reapresentação da Demonstração do Valor Adicionado – DVA

Em atendimento à Resolução CVM nº 199/2024, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), a Companhia revisou os critérios de apresentação de determinados saldos da DVA, com o objetivo de aprimorar a apresentação das informações e refletir de forma mais adequada a geração e a distribuição do valor adicionado.

A revisão efetuada refere-se, substancialmente, à apresentação dos insumos adquiridos de terceiros em base bruta, incluindo os tributos recuperáveis incidentes sobre as compras de mercadorias vendidas. Dessa forma, o montante desses tributos foi acrescido à linha de "Custos de mercadorias e serviços vendidos", no grupo de "Insumos adquiridos de terceiros", em contrapartida à linha de "Outras receitas", no grupo de "Receitas".

A referida alteração possui natureza exclusivamente de apresentação e reclassificação na DVA, não implicando alteração nos critérios de mensuração contábil, tampouco impacto no resultado do período, no patrimônio líquido, nos fluxos de caixa, no valor adicionado bruto ou no valor adicionado total a distribuir. Adicionalmente, não houve impacto em indicadores financeiros ou cláusulas restritivas financeiras ("covenants") da Companhia.

Para fins de comparabilidade, a DVA referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025 foi reapresentada, com as seguintes reclassificações demonstradas a seguir:

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2025 anteriormente apresentado	Reclassificações	30/06/2025 reapresentado
Receitas	1.862.512	230.507	2.093.019
Outras receitas	11.789	230.507	242.296
Insumos adquiridos de terceiros	(1.194.228)	(230.507)	(1.424.735)
Custos de mercadorias e serviços vendidos	(1.029.158)	(230.507)	(1.259.665)

A aplicação do critério revisado ao período corrente findo em 30 de junho de 2026 resultou na apresentação dos mesmos conceitos na DVA do período, com acréscimo de R\$188.730 nas linhas de "Outras receitas" e "Custos de mercadorias e serviços vendidos", sem alteração no valor adicionado bruto de R\$589.259 e no valor adicionado total a distribuir de R\$617.390.

A reapresentação do período comparativo não gerou efeitos nas demais demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que se restringe à forma de apresentação da DVA.

As informações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Devido a arredondamentos, os números apresentados ao longo destas informações financeiras podem não corresponder precisamente aos totais apresentados. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

A emissão das informações trimestrais foi aprovada pela Administração em 11 de agosto de 2026.

3. Políticas contábeis materiais

As informações trimestrais têm como objetivo prover as informações contábeis intermediárias com base nas últimas informações financeiras anuais completas. Portanto, elas focam em novas atividades, eventos e circunstâncias e não duplicam informações previamente divulgadas, exceto quando a Administração julga relevante a manutenção de uma determinada informação. As informações trimestrais aqui apresentadas foram preparadas com base nas políticas contábeis e métodos de cálculo de estimativas adotadas na elaboração das informações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3.1 Normas e interpretações e normas ainda não vigentes

As emissões/alterações de normas *International Accounting Standards Board* ("IFRS") efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2026 não tiveram impactos nas Informações Contábeis da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais têm sua adoção para o exercício de 2026

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Informações Contábeis da adoção destas normas:

- Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

- Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

- IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Informações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Informações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das informações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa período das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas informações financeiras primárias e notas explicativas às informações financeiras.

- IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Informações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare informações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

de 2027, com aplicação antecipada permitida. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas informações financeiras da Companhia.

- Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS. Efetua alterações nas normas IFRS 1 (CPC 37 – R1), abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7 (CPC 48), abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; IFRS 9 (CPC 48), abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10 (CPC 36 – R3), abordando a determinação do “de facto agent” e IAS 7 (CPC 03 – R2), abordando aspectos relacionados ao método de custo. Esta alteração na norma é efetiva para períodos iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando os impactos em suas Informações Contábeis Intermediárias e Informações Contábeis da adoção desta norma.

3.2 Impactos da Reforma Tributária

Após a realização de estudos iniciais sobre os impactos e ponderando os possíveis cenários, visto que a Reforma Tributária só se inicia mais efetivamente a partir de 2028, não identificamos no presente momento impactos sobre os ativos mais relevantes da Companhia.

Até o final de 2028, acreditamos que os ativos Contas a Receber, Estoques, Impostos a Recuperar, Partes Relacionadas, Imobilizado e Direitos de Uso, pouco serão afetados. Primeiro porque as alíquotas estimadas para o IBS e CBS, são 17,7% e 8,8% respectivamente, totalizando 26,5%. O ICMS e o PIS / COFINS hoje totalizam em média 23,9%. Aqui vale lembrar que a Companhia ainda poderá abater o imposto incidente sobre todas as compras, despesas, gastos etc., o que efetivamente não ocorre hoje em dia. Assim inicialmente haverá uma carga tributária nominal maior, lembrando que a Kalunga não tem nenhuma atividade com benefício tributário e ou produto subsidiado, mas que em decorrência dos créditos tenderá a convergir para alíquota atual.

Mesmo o direito de uso imobiliário que hoje não sofre a tributação, ao sofrer, não causará impacto, já que o imposto será recuperado.

Portanto com essas características as margens de lucro da Companhia a médio prazo não sofrerão impactos relevantes.

Na análise preliminar feita, o ponto que deve causar algum impacto relevante na operação da Kalunga deve ser o sistema Split Payment afetando o seu capital de giro regular. Os créditos e os débitos de IBS/CBS nascem somente após a liquidação da operação. Se o pagamento e ou o recebimento for parcial, os créditos e débitos serão proporcionais.

Conforme descrito na NE 1v, o prazo médio de recebimento da Companhia é de 13 dias, enquanto o de pagamento é de 203 dias. Esse formato, do ponto de vista tributário, deverá ser modificado. A Kalunga está estudando formas de mitigar esses potenciais impactos.

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e bancos	4.835	8.796
Aplicações financeiras automáticas	375	11.985
	5.210	20.781

O saldo de aplicações financeiras automáticas é composto substancialmente por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários), de liquidez imediata, em bancos de primeira linha e que rendem de 10% a 95% (10% a 95% em 2025) da variação do CDI.

5. Aplicações financeiras

Tipo	Rentabilidade	Vencimento	30/06/2026	31/12/2025
CDB	98% CDI	11/03/2031	1.062	-
CDB	100% CDI	10/09/2029	8.176	7.732
Fundo Investimento	14,83%	14/10/2027	6.988	3.671
CDB	97% CDI	31/05/2030	5.039	4.763
CDB	100%-103% CDI	15/06/2029	3.145	2.979
CDB	102% CDI	14/08/2028	1.095	1.044
CDB	101% CDI	15/12/2026	2.037	1.926
Total			27.543	22.115
Circulante			2.037	1.926
Não circulante			25.506	20.189

As aplicações financeiras são objeto de garantia de empréstimos obtidos pela Companhia junto a instituições financeiras.

6. Contas a receber

	30/06/2026	31/12/2025
Cartões de crédito e débito de terceiros (i)	55.997	72.983
Duplicatas a receber (ii)	22.458	21.612
Carteira digital / <i>Marketplace</i>	8.273	7.607
Créditos – líquido de notas de débitos	(4.360)	30
Vendas à vista de lojas (a ser depositado)	550	1.088
Ajuste a valor presente (AVP)	(941)	(1.174)
	81.977	102.146
Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(1.462)	(1.282)
	80.515	100.864

- (i) As operações com cartões de crédito de terceiros podem ser pagas em até 10 parcelas sem juros e sem encargos financeiros. Em 30 de junho de 2026, o saldo bruto de cartões de terceiros é de R\$210.739. (R\$217.248 em 31 de dezembro de 2025) e o saldo de antecipações de cartões é de R\$154.741 (R\$144.265 em 31 de dezembro de 2025).
- (ii) As vendas a prazo para pessoa jurídica são realizadas por meio de emissão de duplicatas podendo ser pagas em até três parcelas, sem incidência de encargos financeiros.

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição por prazo de vencimento dos recebíveis:

	30/06/2026	31/12/2025
A vencer	80.363	99.983
Vencidos até 30 dias	739	896
Vencidos de 31 até 60 dias	240	292
Vencidos de 61 até 90 dias	137	256
Vencidos de 91 até 360 dias	343	614
Vencidos acima de 360 dias	155	105
	81.977	102.146

A movimentação da provisão para perdas esperada com crédito está conforme abaixo:

	30/06/2026	30/06/2025
Saldo inicial	(1.282)	(2.057)
(+) Constituição de provisão	(1.142)	(980)
(-) Baixa por perda efetiva do contas a receber	962	1.996
Saldo final	(1.462)	(1.041)

Qualidade de créditos

Parte substancial das vendas é realizada por meio de cartões de crédito de diversas bandeiras. A Companhia considera baixo o risco de crédito e adota como política baixar diretamente para o resultado os créditos vencidos para os quais foram esgotados todos os procedimentos de tentativa de recuperação.

Foi constituída provisão para perdas esperada com crédito, baseada na média histórica de perdas, sendo apurada com base em estudos conjuntos do setor financeiro e do setor contábil da Companhia. Assim, a Companhia concluiu que o risco de perdas é equivalente a 1,8% em 30 de junho de 2026 (1,3% em 31 de dezembro de 2025) sobre o total das contas a receber líquido de antecipações de cartões. A Administração da Companhia julga que os saldos de provisão são suficientes para cobrir perdas esperadas.

Ajuste a valor presente (AVP)

O valor presente é calculado com base na taxa de desconto de 1,19% ao mês (1,20% ao mês em 31 de dezembro de 2025), que seria aplicada pela tesouraria da Companhia, caso ocorressem antecipações dos recebíveis com as instituições financeiras.

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Estoques

	30/06/2026	31/12/2025
Mercadorias para revenda:		
nos centros de distribuição	118.656	168.267
nas lojas	249.894	379.912
Acordos comerciais	(9.258)	(13.780)
Ajuste a valor presente (AVP)	(7.037)	(8.457)
Provisão para obsolescência	(650)	(701)
	351.605	525.241

O valor presente das compras de produtos, que compõem os estoques em 30 de junho de 2026 foi calculado considerando a taxa de 1,60% ao mês (1,38% ao mês em 31 de dezembro de 2025), apurada como a taxa média do custo incremental dos empréstimos históricos, sem garantias, e são classificadas nessa rubrica até o momento de sua realização. Não há estoques concedidos em garantia de quaisquer operações financeiras e ou comerciais.

A movimentação da provisão para obsolescência está conforme abaixo:

	30/06/2026	30/06/2025
Saldo inicial	(701)	(1.221)
Reversão	51	241
Saldo final	(650)	(980)

8. Impostos a recuperar

	30/06/2026	31/12/2025
Créditos de ICMS-ST a recuperar (i)	262.725	290.131
ICMS a recuperar - operações correntes (saldo credor)	350	2.057
Créditos de PIS/COFINS a compensar (ii)	-	3.781
Créditos de INSS a compensar (iii)	8.182	-
PIS/COFINS a recuperar	5.613	9.735
IRRF a recuperar	3.762	3.642
PIS/COFINS a recuperar – aquisição de imobilizado	699	822
Total	281.331	310.168

(i) ICMS substituição tributária

A partir de 10 de abril de 2008, conforme Decretos Estaduais n.º 52.847 e 52.942, vários produtos comercializados passaram a ser tributados observando o regime de substituição tributária.

O valor do ICMS pago antecipadamente (incluso nas notas fiscais dos fornecedores) é contabilizado em rubrica específica do ativo, sendo levado à resultado na conta "Impostos incidentes sobre vendas" quando do faturamento pela venda dos respectivos produtos. Para as saídas interestaduais o imposto começou a ser recuperado em julho de 2011. Até 30 de junho de 2026, o montante recuperado foi de R\$878.477 (R\$826.706 em 31 de dezembro de 2025), conforme legislação específica. Os valores relativos ao ICMS-ST são utilizados apenas após a obtenção do código "hash", informado pela SEFAZ, e preferencialmente para pagamento a fornecedores.

Notas Explicativas**Kalunga S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais****30 de junho de 2026****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)****(ii) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS**

A Companhia possui duas ações ajuizadas discutindo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente pagos a tal título, conforme segue:

Mandado de Segurança n. 0011786-06.2010.4.03.6100: discutia-se o direito da Companhia referente aos fatos geradores ocorridos antes da vigência da Lei n. 12.973/2014. Nesta ação, já foi obtida decisão judicial favorável definitiva, transitada em julgado em 28/02/2019, autorizando a compensação dos valores indevidamente recolhidos de PIS e de COFINS, no período de 28/11/2002 até 31/12/2014; neste caso vale ressaltar que apesar do Mandado haver sido ajuizado em 2010, a sentença judicial considerou que os valores foram recolhidos indevidamente desde 2002, porque já havia sido o período apresentado em juízo um Protesto Interruptivo de Prescrição em 2007.

Como o Mandado de Segurança n. 0011786-06.2010.4.03.6100 teve trânsito em julgado de forma definitiva em 28 de fevereiro de 2019, a Companhia reconheceu em 2019 créditos totais de PIS/COFINS no montante total de R\$257.607 sendo R\$142.391 relativos aos valores originais como outras receitas operacionais e R\$115.216 relativos à atualização monetária e juros como receitas financeiras.

Até 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha contabilizada uma provisão relacionada ao risco de recuperabilidade sobre os créditos potenciais de PIS/COFINS no valor atualizado de R\$20.138, a qual, foi revertida em função da definição favorável da justiça e habilitação do valor total junto às autoridades fiscais.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia protocolou o pedido de habilitação do crédito junto à Receita Federal do Brasil. Em 2 de outubro de 2020, foi emitido pela Receita Federal o Despacho Decisório Nº 1244/2020, que deferiu o pedido da Companhia de habilitação de crédito reconhecido por decisão judicial transitada em julgado relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (processo 0011786-06.2010.4.03.6100).

Mandado de Segurança n. 5027247-83.2017.4.03.6100: discutia-se o direito da Companhia referente aos fatos geradores ocorridos após a vigência da Lei n. 12.973/2014. Nesta ação, foi concedida a medida liminar (em 15/12/2017) para autorizar a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS a COFINS, tendo este provimento sido confirmado em sentença proferida em 14/02/2019. Com esteio nessas decisões, foi efetuada a referida exclusão do ICMS, da seguinte forma: (i) por meio de reconhecimento de créditos extemporâneos, em relação ao ano de 2018, e (ii) diretamente na apuração, a partir de 2019.

Em 13 de maio de 2021, o Plenário do STF decidiu que a exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS é válida a partir de 15/03/2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral no julgamento do Recurso Especial (RE) 574.706. Diante deste evento, a Companhia efetuou o registro contábil dos créditos do PIS / COFINS, para o período compreendido entre 1º de abril e 31 de dezembro de 2017, no montante atualizado pela Taxa SELIC, de R\$35.935, conforme item (i) da decisão. O registro do crédito teve como contrapartida R\$23.116 relativos aos valores originais como outras receitas operacionais em 2021 e R\$12.819 relativos à atualização monetária e juros como receitas financeiras, dos quais, R\$2.390 foram contabilizados em 2024, e não registrou ainda os possíveis créditos relativos ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de março de 2017.

Em 4 de agosto de 2021 foi realizado o julgamento do Recurso de Apelação da Fazenda Nacional, tendo o Tribunal decidido pela: (i) manutenção da sentença na parte em que garantiu o direito das empresas de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, incluído o ICMS-ST; e (ii) aplicação da modulação dos efeitos definida no julgamento de repercussão geral firmado pelo STF, de modo a não reconhecer o direito de as empresas reaverem os valores indevidamente pagos no período entre a vigência da Lei nº 12.973/2014 e 03/2017 (que foi a data do primeiro julgamento do STF).

Especificamente com relação ao item (ii) da decisão acima mencionada, baseada na opinião de seus assessores jurídicos a Companhia decidiu apresentar os competentes recursos, especialmente visando discutir a questão da modulação, de modo que não seja restringido o seu direito no mencionado período.

Após o registro inicial, estes créditos tributários continuam sendo atualizados com base à SELIC, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram registrados R\$1.529 como resultados financeiros (R\$1.157 em 31 de dezembro de 2024). Portanto o saldo apresentado na rubrica PIS/COFINS a recuperar, está assim composto:

Saldo em 31 de dezembro de 2025

Atualização monetária dos créditos (após o registro inicial)

Crédito compensado em obrigações de PIS/COFINS

Saldo em 30 de junho de 2026**3.781**

33

(3.814)

-

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldo em 31 de dezembro de 2024**34.485**

Atualização monetária dos créditos (após o registro inicial)

1.049

Crédito compensado em obrigações de PIS/COFINS

(17.967)

Saldo em 30 de junho de 2025**17.567**

Os efeitos tributários incidentes sobre os créditos (principal) foram registrados em mesma data como imposto diferido passivo.

- (iii) Trata-se de ação judicial distribuída em 07/11/2008, com decisão favorável à Companhia, possibilitando a recuperação de contribuição previdenciária, parte empresa, incidente sobre um terço de férias, auxílio maternidade, auxílio-doença e acidente. O trânsito em julgado ocorreu em 04/12/2025, tendo sido obtida a habilitação junto a Receita Federal do Brasil em 02/03/2026. O valor de R\$8.182 é composto de R\$6.531 de valor original, acrescido de R\$ R\$5.647 de atualização monetária e recuperações no período de R\$3.995. A recuperação restante, ocorrerá em 8 parcelas mensais e consecutivas, conforme Portaria Normativa nº 14 de 05/01/24, do Ministério da Fazenda.

9. Partes relacionadasa) Saldos com partes relacionadas

	30/06/2026	31/12/2025
Ativo não circulante		
Contratos de mútuo		
Acionistas controladores (i)	672.590	603.344
Blantys Participações Ltda. (i)	17.963	16.179
	690.553	619.523
Passivo circulante		
Fornecedores		
KA Solution - Tecnologia	1.046	1.106
Spiral do Brasil Ltda - risco sacado	109.801	92.110
Spiral do Brasil Ltda	11.275	7.960
Arrendamentos		
DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	890	884
Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	1.496	1.496
Spiral do Brasil Ltda.	300	300
	124.808	103.856
Passivo não circulante		
Empréstimos com partes relacionadas		
DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	5.152	6.006
Arrendamentos		
DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	1.187	1.622
Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	1.621	2.369
Spiral do Brasil Ltda.	296	549
	8.256	10.546

- (i) Refere-se a contratos de mútuo classificados no ativo não circulante sujeitos a encargos financeiros calculados com base na taxa média de juros dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, que em 2026 ficou entre 1,18% e 1,45% ao mês (entre 1,00% e 1,47% em 31 de dezembro de 2025), sem vencimento predeterminado.

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Transações com partes relacionadas (período de seis meses)

30 de junho de 2026						
	Spiral do Brasil Ltda.	KA Solution	DMMG Participações e Empreendiment os Ltda.	Kalunga Participações e Empreendiment os Ltda.	Acionistas controladores	Blantys Participações Ltda.
Compras de produtos para revenda	99.214	-	-	-	-	-
Aluguéis pagos e apropriados	150	-	443	748	-	-
Despesas com tecnologia	-	6.750	-	-	-	-
Total despesas com vendas e administrativas	150	6.750	443	748	-	-
Aluguéis recebidos e apropriados – CD Spiral Barueri	284	-	-	-	-	-
Total de Outras Receitas	284	-	-	-	-	-
Receitas financeiras – mútuo	199	-	-	-	52.463	1.380
Despesas financeiras – mútuo	-	-	(456)	-	-	-
Total resultado financeiro	199	-	(456)	-	52.463	1.380

30 de junho de 2025						
	Spiral do Brasil Ltda.	KA Solution	DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	Kalunga Participações e Empreendime ntos Ltda.	Acionistas controladores	Blantys Participações Ltda.
Compras de produtos para revenda	53.822	-	-	-	-	-
Aluguéis pagos e apropriados	73	-	215	363	-	-
Despesas com tecnologia	-	3.132	-	-	-	-
Total despesas com vendas e administrativas	73	3.132	215	363	-	-
Aluguéis recebidos e apropriados – administrativo	-	-	-	-	-	-
Aluguéis recebidos e apropriados - CD Barueri	134	-	-	-	-	-
Total de Outras Receitas	134	-	-	-	-	-
Receitas financeiras – mútuo	1.029	-	-	-	39.905	761-
Despesas financeiras – mútuo	-	-	(220)	-	-	-
Total resultado financeiro	1.029	-	(220)	-	39.905	761-

c) Relacionamentos com partes relacionadas

As partes relacionadas listadas nos quadros anteriores correspondem a entidades controladas pelos (ou sob influência dos) acionistas controladores da Kalunga. A Companhia não possui vínculos societários com estas entidades, seja como investida ou investidora.

- Spiral do Brasil Ltda. - fornecedor de produtos fabricados e importados para revenda. A Kalunga proporciona suporte financeiro através de adiantamentos e mútuos de curto prazo (“conta corrente”) para esta empresa.;
- Blantys Participações Ltda. - a Companhia não realiza transações operacionais com essa parte relacionada, proporcionando apenas suporte financeiro através de mútuos;

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Ka Solution Tecnologia - parte relacionada que realiza a atividade de desenvolvimento de TI da Companhia;
- DMMG Participações e Empreendimentos Ltda. - locadora do imóvel da sede administrativa da Companhia. Além da locação, a Companhia eventualmente proporciona suporte financeiro através de contratos de mútuos;
- Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda. - locadora do imóvel da loja situada no bairro de Sacomã (São Paulo).

As condições e preços das transações entre as partes relacionadas são estabelecidas em acordos entre as entidades. Durante os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025 não houve necessidade de reconhecimento de provisão para perdas esperadas de créditos nas contas a receber de partes relacionadas.

As despesas relativas à remuneração do pessoal chave da Administração nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025 estão demonstradas abaixo:

	30/06/2026	30/06/2025
Remuneração e encargos	8.589	7.812
Benefícios	221	201
Total	8.810	8.013

d) Avais com partes relacionadas:

Em 30 de junho de 2026, a Companhia é avalista da Spiral:

- Em cédula de crédito bancário junto ao Banco Original, no valor de R\$ 49,0 milhões, com vencimentos mensais e sucessivos de julho de 2026 a junho de 2029 (R\$ 45,9 milhões em 31 de dezembro de 2025);
- Em contratos de FINIMP, para aquisição de mercadoria, com o Banco Bradesco S.A., no valor de R\$ 17,9 milhões, com vencimento entre julho de 2026 e fevereiro de 2027 (R\$ 3,4 milhões em 31 de dezembro de 2025);
- Em contratos de REFINIMP, para aquisição de mercadoria, com o Banco ABC, no valor de R\$ 15,3 milhões, com vencimento em julho de 2026 (R\$ 14,9 milhões em 31 de dezembro de 2025);
- Em contratos de REFINIMP, para aquisição de mercadoria, com o Banco do Brasil, no valor de R\$ 29,9 milhões, com vencimento entre julho e outubro de 2026 (R\$ 15,0 milhões em 31 de dezembro de 2025);
- Em cartas de crédito para importação com o Banco Itaú Unibanco, com vencimento de julho a outubro de 2026, no valor de R\$ 1,3 milhões.
- Em contratos de FINIMP, para aquisição de mercadoria, com o Banco Santander, no valor de R\$ 3,0 milhões, com vencimento em outubro e novembro de 2026.
- Em cartas de crédito para importação com o Banco Bradesco, com vencimento de julho a outubro de 2026, no valor de R\$7,6 milhões.

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Depósitos judiciais

	30/06/2026	31/12/2025
Processos tributários – PIS/COFINS (i)	10.443	9.771
Processos tributários – PIS/COFINS (ii)	-	792
Processos trabalhistas	858	851
Processos cíveis	826	793
Processos tributários – ICMS DIFAL (iii)	45.930	39.947
	58.057	52.154
Provisão para perda de depósito do Processo PIS/COFINS (iv)	(10.443)	(10.562)
	47.614	41.592

- (i) A Companhia discute judicialmente a incidência do PIS / COFINS sobre a atualização monetária de PIS / COFINS recuperados face a exclusão do ICMS da base de cálculo de ambos, relativo ao período de 01/04/2017 a 31/12/2017.
- (ii) Trata-se de discussão judicial para que seja reconhecido o direito da empresa de aplicar as alíquotas reduzidas de PIS e COFINS sobre as receitas financeiras, previstas no Decreto nº 11.322/2022, em relação aos fatos geradores ocorridos durante os primeiros noventa dias contados da publicação do Decreto nº 11.374/2023, bem como (2) o direito de levantar os valores dos tributos que tiverem sido depositados judicialmente.
- (iii) Trata-se de questionamento judicial da legalidade da exigência do Diferencial de Alíquota de ICMS ("DIFAL") pelas Unidades da Federação ("UFs") nas vendas interestaduais de mercadorias destinadas a consumidores finais não contribuintes do ICMS ("Serviços"). A partir da decisão do STF sobre os embargos de declaração dos estados da federação, passaram a ser efetuados depósitos judiciais a partir da competência setembro de 2021;
- (iv) A Companhia foi informada pelos seus assessores jurídicos, patronos das causas descritas em (i) e (ii) acima, que há perspectiva de perda provável para os dois processos. Desta forma foi constituída a respectiva provisão reconhecendo o risco de os depósitos serem revertidos em favor da União, classificada como redutora dos depósitos judiciais.

11. Arrendamentos

	Direito de uso	Passivo de arrendamento
Saldos em 31 de dezembro de 2025	298.098	(364.085)
Novos contratos (i)	45.408	(45.337)
Remensuração dos contratos de arrendamento por renovação ou reajuste inflacionário no fluxo de pagamentos mínimos	260	(260)
Baixas de contratos	(8.062)	9.010
Amortização de direito de uso	(55.372)	-
Juros apropriados no período	-	(23.648)
Pagamentos de arrendamentos	-	81.961
Saldos em 30 de junho de 2026	280.332	(342.359)
Circulante	-	(111.920)
Não circulante	280.332	(230.438)
Direito de uso, líquidos de amortização	279.210	-
Provisão para desmantelamento, líquido de amortização	1.122	-
Total	280.332	-

- (i) O montante do passivo de arrendamento dos novos contratos não inclui o saldo de provisão para desmantelamento destes contratos.

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Direito de uso	Passivo de arrendamento
Saldos em 31 de dezembro de 2024	354.091	(427.110)
Novos contratos	21.802	(21.753)
Remensuração dos contratos de arrendamento por renovação ou reajuste inflacionário no fluxo de pagamentos mínimos	15.949	(15.949)
Baixas de contratos	(13.007)	15.364
Amortização de direito de uso	(55.945)	-
Juros apropriados no período	-	(25.922)
Pagamentos de arrendamentos	-	82.107
Saldos em 30 de junho de 2025	322.890	(393.263)
Circulante	-	(113.974)
Não circulante	322.890	(279.289)
Direito de uso, líquidos de amortização	321.297	-
Provisão para desmantelamento, líquido de amortização	1.593	-
Total	322.890	-

O direito de uso inclui os contratos de locação da Companhia que se referem a imóveis onde estão instaladas as lojas, centros de distribuição e prédio administrativo, bem como locação de equipamentos de informática. A composição dos ativos por direito de uso é como segue:

	30/06/2026	31/12/2025
Imóveis	280.047	297.736
Equipamentos de informática	285	363
Total	280.332	298.099

A amortização é calculada em bases lineares pelo prazo vigente dos contratos, mais uma renovação, quando aplicável, sendo contabilizada em resultado, conforme sua natureza, em despesa de vendas ou gerais e administrativas, reduzida pelo rateio dos créditos de PIS/COFINS sobre os pagamentos de arrendamentos.

Tais contratos tem uma duração de locação que varia de 5 a 24 anos e, quando praticamente certa sua renovação, é considerada a renovação por mais 5 anos, sem alterações nos demais termos e condições. Além disso esses contratos determinam que os pagamentos mínimos são reajustados anualmente pelos índices de inflação, que variam de acordo com as negociações com o locador.

As despesas de escalonamento de juros sobre os arrendamentos em resultado apresentam-se reduzidas pelo rateio dos créditos de PIS/COFINS sobre os pagamentos de arrendamentos.

A Companhia não possui compromissos relevantes relativos a arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor. Em 2026, as despesas relativas a estes arrendamentos foram irrelevantes.

A taxa média ponderada dos juros de empréstimos incremental aplicado no cálculo do desconto a valor presente dos arrendamentos foi de 1,46% a.m. (1,35% a.m. em 31 de dezembro de 2025), apurada sobre as transações de captação de recursos obtida pela Companhia junto a instituições financeiras e ajustes de riscos e garantias.

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às informações trimestrais
30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Parte dos contratos de arrendamento da Companhia são baseados em pagamentos variáveis (normalmente um percentual sobre o faturamento das lojas). Durante o período findo em 30 de junho de 2026, as despesas relativas a pagamentos de aluguéis variáveis totalizaram R\$ 243,8 mil (R\$ 1.388 em 30 de junho de 2025).

A Companhia não identificou indicadores de não recuperação de ativos durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026.

O valor de arrendamentos a pagar vincendo a longo prazo está assim distribuído:

	Valores a pagar	Crédito potencial de PIS e COFINS
De 01/07/2027 A 31/06/2030	245.506	22.709
De 01/07/2030 A 31/06/2033	29.081	2.690
De 01/07/2033 A 31/06/2036	10.023	927
De 01/07/2036 A 31/06/2039	-	-
Total dos pagamentos mínimos	284.610	26.326
Ajuste a valor presente dos pagamentos mínimos	(54.172)	
Valor presente dos pagamentos mínimos	230.438	

Informações adicionais - Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 2, 2019

Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/Nº02/2019, a Companhia adotou como política contábil os requisitos do CPC 06 (R2) / IFRS 16 na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação.

Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos do CPC 06 (R2) e para atender as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizado (fluxo real x taxa nominal), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal).

Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das informações financeiras.

A comparação dos saldos dos fluxos de arrendamentos, com e sem a projeção de inflação, está demonstrada abaixo:

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2026	2027	2028	2029	2030
Passivo de arrendamento					
Projeção real e taxa nominal (contabilizado)	342.359	230.436	134.457	63.121	31.242
Projeção nominal e taxa nominal	342.359	237.615	145.847	72.272	37.934
Ativo de direito de uso (i)					
Projeção real e taxa nominal (contabilizado)	280.332	179.437	99.763	44.726	20.507
Projeção nominal e taxa nominal	280.332	186.144	110.447	53.141	26.564
Encargos Financeiros					
Projeção real e taxa nominal (contabilizado)	(23.648)	(17.729)	(11.170)	(5.789)	(2.746)
Projeção nominal e taxa nominal	(23.648)	(18.088)	(11.941)	(6.500)	(3.251)
Despesa de Depreciação do direito de uso					
Projeção real e taxa nominal (contabilizado)	(55.372)	(46.932)	(37.578)	(24.182)	(10.152)
Projeção nominal e taxa nominal	(55.372)	(47.941)	(40.921)	(28.171)	(12.567)
Total de despesa					
Projeção real e taxa nominal (contabilizado)	(79.020)	(64.661)	(48.748)	(29.971)	(12.898)
Projeção nominal e taxa nominal	(79.020)	(66.029)	(52.862)	(34.671)	(15.818)

(i) Projeção considera apenas o componente de direito de uso referente ao fluxo descontado dos pagamentos mínimos de arrendamento.

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às informações trimestrais
30 de junho de 2026
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

	Equipamentos			Móveis e				Imobilizado	Total	
	Benfeitorias	Instalações	de informática	Empilhadeiras	utensílios	Aeronaves	Veículos	Outros	em andamento	imobilizado
Saldos em 31/12/2025	15.194	31.903	1.570	3.530	4.329	3.564	100	627	1.541	62.358
Custo total	159.321	127.642	29.964	9.310	15.928	9.447	248	3.754	1.541	357.155
Depreciação acumulada	(144.127)	(95.739)	(28.394)	(5.780)	(11.599)	(5.883)	(148)	(3.127)	-	(294.797)
Valor contábil, líquido	15.194	31.903	1.570	3.530	4.329	3.564	100	627	1.541	62.358
Aquisição	938	270	199	26	14	-	-	-	232	1.679
Baixas de custo	(316)	-	-	-	-	-	-	-	-	(316)
Depreciação	(2.960)	(4.087)	(510)	(333)	(504)	(307)	(13)	(115)	-	(8.829)
Transferências	-	127	-	-	17	-	-	-	(144)	-
Saldos em 30/06/2026	12.856	28.213	1.259	3.223	3.856	3.257	87	512	1.629	54.892
Custo total	159.943	128.039	30.163	9.336	15.959	9.447	248	3.754	1.629	358.537
Depreciação acumulada	(147.087)	(99.826)	(28.904)	(6.113)	(12.103)	(6.190)	(161)	(3.242)	-	(303.645)
Valor contábil, líquido	12.856	28.213	1.259	3.223	3.856	3.257	87	512	1.629	54.892

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às informações trimestrais
30 de junho de 2026
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Equipamentos				Móveis e		Imobilizado			Total
	Benfeitorias	Instalações	de informática	Empilhadeiras	utensílios	Aeronaves	Veículos	Outros	em andamento	imobilizado
Saldos em 31/12/2024	20.558	38.542	2.042	3.709	4.575	4.178	124	916	1.152	75.796
Custo total	157.823	125.914	29.272	8.819	15.166	9.447	248	3.751	1.152	351.592
Depreciação acumulada	(137.265)	(87.372)	(27.230)	(5.110)	(10.591)	(5.269)	(124)	(2.835)	-	(275.796)
Valor contábil, líquido	20.558	38.542	2.042	3.709	4.575	4.178	124	916	1.152	75.796
Aquisição	1.821	1.294	294	352	366	-	-	2	316	4.445
Baixas de Custos	(219)	-	-	-	-	-	-	-	-	(219)
Depreciação	(3.621)	(4.228)	(611)	(331)	(502)	(307)	(13)	(151)	-	(9.764)
Transferências	(52)	41	-	-	189	-	-	-	(177)	-
Saldos em 30/06/2025	18.487	35.649	1.725	3.730	4.628	3.871	111	767	1.291	70.258
Custo total	159.373	127.249	29.566	9.171	15.721	9.447	248	3.753	1.291	355.818
Depreciação acumulada	(140.886)	(91.600)	(27.841)	(5.441)	(11.093)	(5.576)	(137)	(2.986)	-	(285.560)
Valor contábil, líquido	18.487	35.649	1.725	3.730	4.628	3.871	111	767	1.291	70.258

A Companhia não identificou indícios de não recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis no período de seis meses findo em 30 de junho de 2026.

Em 30 de junho de 2026, não há valores (não houve valores em 31 de dezembro de 2025), relativos a bens do ativo imobilizado dados em garantias dos empréstimos e financiamentos.

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Fornecedores

	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores nacionais - terceiros	659.932	801.056
Fornecedores nacionais - risco sacado com partes relacionadas (i)	109.801	92.110
Fornecedores nacionais – partes relacionadas	11.275	7.960
Ajuste a valor presente (AVP)	(16.583)	(28.743)
	764.425	872.383

O ajuste a valor presente para 30 de junho de 2026 foi calculado considerando a taxa de 1,60% ao mês (1,38% a.m. em 31 de dezembro de 2025) apurada como a taxa média do custo incremental dos empréstimos históricos, sem garantias, e são classificadas nessa rubrica até o momento de sua realização.

- (i) A Companhia disponibiliza a seus fornecedores e para a parte relacionada Spiral a possibilidade de realização de uma operação triangular com instituições financeiras denominada “risco sacado” (vide Nota 9). Essa operação possibilita que os fornecedores, desde que previamente aprovados pela Companhia, antecipem o recebimento de suas faturas junto a instituições financeiras, mediante desconto por uma taxa de juros pactuada entre as partes. Cabe salientar que estes títulos são mantidos na avaliação do ajuste a valor presente.

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 não foram antecipados valores pelos fornecedores terceiros (no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foram antecipados valores pelos fornecedores terceiros).

14. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Juros	Vencimento	30/06/2026	31/12/2025
Capital de giro – Cédula de Crédito Bancário (CCB)	Variação do índice do CDI) + 2,00% a.a. a 4,20% a.a.	Out/2029	434.890	502.604
Outros financiamentos	IPCA/TLP+11,14% a.a.	Abr/29	9.919	-
	CDI + 1,15% a 3,15% a.a.	Jul/2027	4.947	6.919
	IPCA + 10,83% a.a.	Jul/2028	13.992	17.328
	IPCA + 10,75% a.a.	Jun/2028	40.260	50.305
			504.008	577.156
Circulante			105.834	235.799
Não circulante			398.174	341.357

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do não circulante, por ano de vencimento

Ano	30/06/2026	31/12/2025
2027	87.810	163.440
2028	147.418	111.065
2029	120.528	66.851
2030	42.418	-
	398.174	341.356

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada na Nota 27.3.

a. Garantias:

Em garantia dos contratos de capital de giro, foram concedidas cédulas de crédito bancário avalizadas pelos acionistas controladores e mais recebíveis de cartões de crédito em 10% a 20% do saldo devedor do empréstimo (dependendo da instituição financeira) e, a critério do credor, caso o saldo de garantia de recebíveis não atenda aos limites contratados, a instituição financeira tem o direito a retenção de recebíveis até os limites de garantias estipuladas. Nos períodos apresentados, os limites de garantias foram atendidos, bem como, a alocação de certa quantia em aplicação financeira na própria instituição financeira. Nas instituições financeiras que são cooperativas, como parte da condição para se tornar cliente e, desta forma, obter empréstimos com a instituição, a Companhia precisou adquirir cotas da cooperativa, as quais, poderão se resgatar após liquidação da dívida ou mantidas enquanto, a Companhia pretender ser cliente da instituição.

Já nos contratos denominados "Outros financiamentos", as garantias são os próprios bens financiados mais aval dos acionistas controladores.

b. Covenants:

A Companhia em 20 de março de 2023 assinou contrato de empréstimo na modalidade CCB, que contém cláusula relativa a cumprimento de índice financeiro de alavancagem, razão entre dívida líquida e EBITDA igual ou inferior a 4,0x para o exercício de 2023, de 3,5x para os exercícios de 2024 e 2025 e de 3,0x para os exercícios de 2026 e 2027. O índice é calculado com base nas informações financeiras intercalares semestrais, portanto, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada exercício, sendo que em 31 de dezembro de 2025, última mensuração, a Companhia apresentou o índice de alavancagem de 1,3x.

Em 14 de outubro de 2024 a Companhia assinou contrato de empréstimo na modalidade CCB, que contém cláusula relativa a cumprimento de índice financeiro de alavancagem, razão entre dívida líquida e EBITDA (calculado conforme cláusula contratual) igual ou inferior a 4,0x. O índice é calculado anualmente no final do exercício social com base nas informações financeiras auditadas, portanto, em 31 de dezembro de cada exercício. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou um índice de alavancagem de 1,3x, mantendo-se em patamar bastante inferior ao da cláusula de *Covenants* até a próxima verificação em 31 de dezembro do próximo exercício social.

Face as análises realizadas regularmente não existem evidências de ocorrer a situação de *cross default* em qualquer dos contratos.

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Instrumentos financeiros derivativos

Para os contratos da modalidade “Outros Financiamentos” descritos na tabela acima, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos para neutralizar e/ou mitigar os riscos relacionados a exposição cambial, inflação, bem como taxas prefixadas de juros, conforme descrito na Nota Explicativa 27.1 (d).

15. Obrigações fiscais

	30/06/2026	31/12/2025
IRRF a recolher	1.641	2.494
ISS de terceiros a recolher	37	14
PIS e COFINS a recolher	1.487	8.487
ICMS a recolher	51.987	53.750
IPTU a recolher	8.664	-
Total de impostos a pagar	63.816	64.745
Parcelamento PIS/COFINS – PERT	7.071	7.627
Total de obrigações fiscais	70.887	72.372
Circulante	65.626	66.477
Não circulante	5.261	5.895

Em setembro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Lei nº 13.496/17, para pagamento de auto de infração, relativo a créditos de PIS/COFINS, referentes ao período de janeiro de 2014 a dezembro de 2015. Com a adesão, a multa aplicada foi reduzida em 40% e os juros em 80%, sendo parcelado em 150 parcelas mensais e consecutivas, vencida a primeira em 31 de dezembro de 2017 e a última em 31 de janeiro de 2030.

A partir de então, a Companhia deixou de tomar determinados créditos, porém ajuizou ação contra a Receita Federal do Brasil – RFB com o objetivo de recuperá-los. Para minimizar os efeitos de possíveis novos autos de infração em relação as operações do ano de 2016 e parte do ano de 2017 foram efetuados depósitos judiciais. Vide outras informações na NE 10 (i) e (v) Depósitos Judiciais.

A seguir demonstramos a movimentação do parcelamento de tributos:

Saldos de parcelamentos em 31 de dezembro de 2025	7.627
Novos parcelamentos	-
Atualização monetária	333
Pagamentos realizados	(889)
Saldos de parcelamentos em 30 de junho de 2026	7.071
Circulante	1.810
Não circulante	5.261

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldos de parcelamentos em 31 de dezembro de 2024	8.515
Novos parcelamentos	-
Atualização monetária	375
Pagamentos realizados	(809)
Saldos de parcelamentos em 30 de junho de 2025	8.081
Circulante	1.650
Não circulante	6.431

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	30/06/2026	31/12/2025
2027	1.809	1.731
2028	1.605	1.703
2029	947	1.399
2030	229	316
2031	229	217
2032	229	217
2033	213	217
2034	-	95
	5.261	5.895

16. Receita diferida

a) Receita diferida

	30/06/2026	31/12/2025
Garantia estendida e seguros para roubo, furto e quebra accidental (i)	5.155	5.468
Repassse de vendas de cartão pré-pago (ii)	943	2.734
Outras	19	-
	6.117	8.202

- (i) O seguro de garantia estendida tem como objeto garantir ao segurado (cliente da Kalunga) a reparação ou a substituição do bem segurado, em caso de evento amparado pelas condições gerais da apólice de seguros. Pelas vendas do seguro de garantia, a Kalunga é remunerada entre 50% a 70% sobre o valor do prêmio líquido (deduzidos IOF, PIS e COFINS). A Kalunga recebe dos clientes o valor total do contrato de seguro de garantia estendida, registrando tal recebimento na rubrica "Receita diferida".

Findo o prazo de aceitação e aprovação da transação pela seguradora (até o quinto dia útil do mês subsequente ao da cobrança, conforme estipulado em contrato), é efetuada a emissão da nota fiscal de serviços e o seu valor levado à rubrica "Venda de serviços".

A Companhia iniciou em 2019 também a comercialização de seguro para roubo, furto e quebra accidental, o qual garante ao segurado (cliente da Kalunga) a indenização, reparação ou a substituição do bem segurado, em caso de sinistros amparados pelas condições gerais da apólice de seguros.

Pelas vendas desta modalidade, a Kalunga é remunerada em 49% sobre o valor do prêmio líquido (deduzidos IOF, PIS e COFINS). A Kalunga recebe dos clientes o valor total do contrato de seguro contra roubo, furto e quebra accidental, registrando tal recebimento na rubrica "Receita diferida". As apurações têm frequência em regime mensal, e findo o prazo de aceitação e aprovação da transação pela Seguradora (até o décimo dia útil do mês subsequente ao da cobrança,

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

conforme estipulado em contrato), é efetuada a emissão da nota fiscal de serviços e o seu valor levado à rubrica "Venda de serviços".

- (ii) Corresponde ao saldo a repassar para o fornecedor de cartões pré-pagos interativos que são vendidos nas lojas. As vendas iniciaram em agosto de 2022 e sobre a venda de cada cartão a Companhia recebe uma comissão que varia entre 7% e 50%.

17. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

a) Provisões para perdas prováveis

Foram constituídas provisões sobre as causas que os assessores jurídicos consideram como perda provável, demonstradas a seguir:

	30/06/2026	31/12/2025
Cíveis	852	789
Trabalhistas	770	3.985
Tributárias	-	37
	1.622	4.811

Contingências trabalhistas:

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a processos de ex-colaboradores, requerendo indenizações e verbas previdenciárias incorporadas.

Contingências cíveis:

As causas cíveis referem-se a reclamações efetuadas por consumidores dentro do âmbito do Código de Defesa do Consumidor, e uma Ação Anulatória contra um AI emitido pelo Procon. Há depósito judicial, equivalente à metade do valor discutido.

Contingências tributárias:

Em 2025 o saldo remanescente se refere somente a créditos indevidos tomados em compras da ZF de Manaus, pois no caso da incidência de PIS / COFINS sobre a atualização dos créditos pela SELIC, a provisão atualizada está reclassificada como redutora do respectivo depósito judicial. Vide Nota Explicativa 10.

A movimentação das provisões para perdas prováveis está demonstrada abaixo:

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Trabalhistas	Cíveis	Tributários	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	3.985	789	37	4.811
Provisão (reversão)	(3.214)	63	(37)	(3.188)
			-	
Saldos em 30 de junho de 2026	771	852	-	1.622
Saldos em 31 de dezembro de 2024	810	737	1.252	2.799
Provisão (Reversão)	1.724	129	(454)	1.399
Pagamentos	(377)	(74)	-	(451)
Saldos em 30 de junho de 2025	2.157	792	798	3.747

b) Contingências avaliadas como perda possível, portanto, não provisionadas

Os processos judiciais de risco de perda possível, estão apresentados abaixo por natureza:

Natureza	30/06/2026	31/12/2025
Trabalhistas	20.599	11.592
Cíveis	4.294	4.088
Tributárias	46.853	44.862
	71.747	60.541

Os valores relacionados a causas tributárias se referem substancialmente a:

- (i) Autos de infração de ICMS aplicados no estado de Pernambuco, cujas impugnações foram apresentadas pela Companhia requerendo o integral cancelamento dos mesmos, no valor de R\$ 2.622 em 30 de junho de 2026 (R\$2.473 em 31 de dezembro de 2025).
- (ii) Auto de infração lavrado durante o exercício de 2017 sobre créditos de PIS e COFINS tomados pela Companhia no montante de R\$8.123 em 30 de junho de 2026 (R\$7.962 em 31 de dezembro de 2025);
- (iii) Defesa de AI lavrado em 12/24, visando à cobrança de supostos encargos legais aplicáveis ao IRPJ e CSLL relativos ao período de apuração de 01/01/2020 a 31/12/2020. A Companhia argumenta que o momento da tributação pelo IRPJ, pela CSLL, dos créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado, referente a exclusão do ICMS da base do PIS / COFINS, ocorre apenas quando as empresas transmitem os PER/DCOMP. Em 30 de junho de 2026, o valor da perda possível foi avaliado em R\$29.223 (R\$27.861 em 31 de dezembro de 2025).
- (iv) Defesa de AI lavrado em 12/2024, visando à cobrança de supostos encargos legais aplicáveis ao PIS e COFINS, relativos ao período de apuração de 30/11/2020 a 31/03/2021. A Companhia argumenta que não há incidência sobre os valores atinentes à atualização pela taxa SELIC (juros de mora e correção monetária) dos

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado, referente a exclusão do ICMS da base do PIS / COFINS principalmente pela existência de depósitos judiciais garantindo a discussão. Em 30 de junho de 2026, o valor da perda possível foi estimado em R\$5.834 (R\$5.551 em 31 de dezembro de 2025).. Para evitar duplicidade no contingenciamento de eventual perda neste caso, os assessores jurídicos adotaram ajuste metodológico consistente no fracionamento do risco, da seguinte forma: (i) como “Perda remota”, foi definido o mesmo valor dos depósitos judiciais realizados nos autos do Processo Judicial nº 5019287-71.2020.4.03.6100 (até julho/2023), no valor de R\$8.865,e (ii) a diferença entre o valor atualizado desses depósitos judiciais (até julho/2023) e o valor atualizado de R\$ 5.834 do Auto de Infração deve ser mantida como “Perda possível”.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2026 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$66.127 (R\$66.127 em 31 de dezembro de 2025), representado por 710.782.856 ações, divididas da seguinte forma: (a) 622.139.776 ordinárias, e (b) 88.643.080 preferenciais, sendo a totalidade das ações nominativas e sem valor nominal (710.782.856 sendo 622.139.776 ordinárias e 88.643.080 preferenciais sendo a totalidade das ações nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2025), sendo 50% detido por cada um dos acionistas.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 750.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal (idem em 31 de dezembro de 2025) e no mesmo montante em ações preferenciais, sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária.

b) Reserva legal

Conforme artigo 193 da Lei 6.404/76 e 28 do Estatuto Social, do lucro líquido do exercício apurado, deduzidos os prejuízos acumulados e qualquer provisão de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, serão destinados 5%, no mínimo, do saldo remanescente para a constituição de reserva legal, no limite, em que o saldo desta reserva não supere 20% do capital social. Em 30 de junho de 2026, o saldo da reserva legal é de R\$4.984 (R\$1.225 em 31 de dezembro de 2025).

c) Distribuição intermediária de lucros relativos ao período encerrado em 31 de março de 2025

Conforme reunião do Conselho de Administração da Companhia, ocorrida em 30 de abril de 2025, os conselheiros aprovaram a distribuição de parte do saldo remanescente da Reserva de Lucros Acumulados do período findo em 31 de março de 2025, no valor de R\$45.000. Assim como em períodos anteriores, o pagamento foi realizado através do abatimento de parte da dívida dos acionistas com a Companhia.

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Distribuição de lucros relativos ao período encerrado em 31 de dezembro de 2025

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia, ocorrida em 30 de dezembro de 2025, os conselheiros aprovaram a distribuição do saldo remanescente da Reserva de Investimentos em 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$1.682.

A deliberação ocorreu por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições:

- (i) Em razão das regras de transição temporais vigentes, nos termos da Lei 9.250/1995, alterada pela lei 15.270/2025, a fim de alinhar-se à referida regra de transição que afasta a incidência de Imposto de Renda das Pessoas Físicas sobre dividendos declarados até 31 de dezembro de 2025, os conselheiros aprovaram que os lucros e dividendos acumulados relativos a resultados apurados até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 possam ser distribuídos em qualquer circunstância até 31 de dezembro de 2028.
- (ii) Ficam os administradores da Companhia autorizados a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações aprovadas nos termos desta ata; e
- (iii) Ratificar todos os atos praticados pela administração da Companhia para a implementação das deliberações referidas nos itens acima.

Assim como em períodos anteriores, o pagamento foi realizado através do abatimento de parte da dívida dos acionistas com a Companhia, após a realização da AGO que deliberar sobre a aprovação das Informações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

19. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital da Companhia, a Administração pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas quotas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice do grau de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos de curto e longo prazo, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e das aplicações financeiras de curto prazo. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, os quais podem ser assim sumarizados:

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2026	31/12/2025
(+) Empréstimos e financiamentos	504.008	577.156
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(5.210)	(20.781)
(-) Aplicação Financeira	(2.037)	(1.926)
(-) Aplicação Financeira LP	(25.506)	(20.189)
(=) Dívida líquida	471.255	534.260
(+) Total do patrimônio líquido	98.241	69.040
(=) Total do capital	569.496	603.300
Índice de alavancagem financeira	82,75%	88.56%

20. Receita líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	30/06/2026	30/06/2025
Vendas brutas de produtos	1.686.722	1.907.210
Venda de serviços	5.706	7.759
Ajuste a valor presente (AVP)	(26.085)	(29.149)
Devoluções	(30.589)	(34.116)
ICMS sobre vendas	(280.536)	(317.068)
PIS e COFINS sobre vendas	(123.606)	(139.904)
ISSQN sobre vendas de serviços	(250)	(334)
Receita líquida	1.231.362	1.394.398

A abertura da receita líquida por canal de vendas é como segue:

	30/06/2026	30/06/2025
Lojas físicas	1.058.968	1.185.144
Canal digital	170.595	206.735
Copy & Print	1.799	2.519
	1.231.362	1.394.398

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Despesas com vendas

	30/06/2026	30/06/2025
Salários e encargos sociais	(127.290)	(143.313)
Amortização de direito de uso de arrendamentos (i)	(49.749)	(50.203)
Depreciação e amortização	(8.298)	(9.176)
Taxa de cartão de crédito	(21.182)	(23.908)
Propaganda e publicidade	(19.827)	(16.472)
Condomínios, fundos de promoção etc.	(20.365)	(21.831)
Energia elétrica, água e telefone	(12.355)	(13.432)
Frete com vendas	(11.993)	(13.159)
Imposto predial e taxas de funcionamento	(9.182)	(9.252)
Despesas com manutenção	(3.753)	(5.996)
Despesas com ICMS/ICMS Difal	(6.647)	(8.314)
Perdas de Depósitos Judiciais	-	(13.468)
Serviços de terceiros	(8.187)	(7.783)
Materiais de embalagem	(3.548)	(3.896)
Impressos e material de escritório	(1.451)	(1.801)
Royalties	(4.709)	(5.923)
Provisão / Reversão para perdas esperadas do contas a receber	(180)	(980)
Perdas com devedores incobráveis	(962)	-
Quebra de caixa	(233)	(212)
Provisão de contingências líquida de reversões	(635)	454
Outras despesas	(6.070)	(7.259)
	(316.617)	(355.924)

- (i) Esse montante compreende R\$54.799 de amortização de direito de uso dos arrendamentos e dos gastos com desmantelamento (R\$55.297 em 30 de junho de 2025), líquido e de R\$5.051 de créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos (R\$5.094 em 30 de junho de 2025).

22. Despesas gerais e administrativas

	30/06/2026	30/06/2025
Serviços de terceiros	(18.995)	(22.359)
Salários e encargos sociais	(20.512)	(19.396)
Reversão (provisão) de contingências cíveis e trabalhistas	3.151	(1.407)
Manutenção	(503)	(414)
Depreciação e amortização	(689)	(967)
Amortização de direito de uso de arrendamentos e de equipamentos de informática (i)	(527)	(606)
Energia elétrica, água e telefone	(39)	(82)
Aluguéis	(54)	(43)
Pró-labore	(4.650)	(4.050)
Legais e tributárias	(204)	(133)
Outras despesas	(2.814)	(2.284)
	(45.836)	(51.741)

- (i) Esse montante compreende R\$572 (R\$649 em 30 de junho de 2025) de amortização de direito de uso dos arrendamentos e de equipamentos de informática (Nota 11), líquido de R\$46 (R\$43 em 30 junho de 2025) de créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos.

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Outras receitas (despesas), líquidas

	30/06/2026	30/06/2025
Crédito extemporâneo de INSS – vide NE 8(ii)	6.531	-
Perdas com contrato oneroso (i)	-	(758)
Receitas de aluguel	1.185	-
Baixas de Contratos de Arrendamento Imobiliário	593	-
Outras receitas e despesas	1.648	3.055
	9.956	2.297

(i) Trata-se do contrato de parceria, firmado entre a Companhia e CDF, para oferta de serviços de instalação, montagem, manutenção, suporte, assistência e outros para os clientes nas lojas e pela internet. Durante o período findo em 30 de junho de 2026 não foram apurados receita de parceria e de bônus, líquidos de PIS / COFINS (R\$9.792, líquido de PIS / COFINS em 30 de junho de 2025) e despesa para o cumprimento de obrigações com o contrato, líquida de PIS / COFINS (R\$10.550 líquida de PIS / COFINS em 30 de junho de 2025), com isso, sem resultado de perda/ganho líquida (R\$758 em 30 de junho de 2025).

24. Resultado financeiro

	30/06/2026	30/06/2025
Despesas financeiras		
Juros sobre passivo de arrendamento (ii)	(21.395)	(23.659)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(45.594)	(43.520)
Juros s/ empréstimos c/ partes relacionadas	(456)	(441)
Amortização do custo de transação	(2.355)	(1.923)
Despesas bancárias	(792)	(1.502)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(53.971)	(64.560)
Resultado com instrumentos financeiros passivo	(1.384)	(2.650)
Juros sobre antecipações de cartões	(14.357)	(14.028)
Outros	(4.158)	(6.555)
	(144.462)	(158.838)
Receitas financeiras		
Juros sobre contratos de mútuo (partes relacionadas)	54.042	41.695
Juros ativos	250	235
Descontos obtidos	55	667
Rendimento de aplicações financeiras e rendimentos de aplicações em ações	1.850	1.079
Ajustes a valor presente de contas a receber	26.318	28.489
Variação monetária ativa	2.857	3.588
(-) Impostos sobre receitas financeiras	(2.987)	(2.145)
Resultado com instrumentos financeiros ativo	1.437	221
Atualização monetária PIS / COFINS / INSS (i)	5.681	1.048
	89.503	74.877
Resultado financeiro	(54.959)	(83.961)

(i) Atualização monetária dos créditos de PIS e COFINS, face ao ganho de causa transitada e julgada, de ação ajuizada discutindo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, e INSS, líquido de impostos incidentes. Vide Nota 8.

(ii) Esse montante compreende R\$23.648 de juros de arrendamento (Nota 11), líquido de R\$2.253 de PIS e COFINS (R\$25.922 e R\$2.263 em 30 de junho de 2025, respectivamente).

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação da taxa efetiva

	30/06/2026	30/06/2025
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	96.647	81.325
Despesa de imposto de renda e contribuição social a alíquotas nominais – 34%	(32.860)	(27.651)
<u>Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:</u>		
PAT – Programa de alimentação do trabalhador	255	378
Exclusão do lucro real conf. Art. 19 – Lei 11.196/2005 – (Lei do bem)	128	317
Imposto calculado sobre a parcela isenta do adicional de 10%	6	6
Outras adições e exclusões permanentes	1.707	118
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	(30.764)	(26.832)
 Imposto de renda e contribuição social – corrente	(24.558)	(34.727)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(6.206)	7.894
	(30.764)	(26.833)
	31,83%	32,99%

b) Diferido

A composição do imposto de renda e a contribuição social diferidos está abaixo demonstrada:

	30/06/2026	31/12/2025
Provisão para perdas esperadas com crédito	497	436
Provisão para perdas de estoques	221	238
Provisões para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis	4.102	4.958
Ajuste a valor presente	(2.926)	(6.498)
Arrendamentos	21.471	22.897
Diferença de taxa de depreciação	363	248
Bonificação de estoques não realizados	3.148	4.685
Operação de SWAP	221	240
Prejuízo fiscal	5.778	12.109
Outros	(60)	(293)
Imposto de renda diferido ativo, líquido	32.815	39.020

A movimentação do imposto de renda e contribuição diferidos está abaixo demonstrada:

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial imposto de renda diferido ativo, líquido	39.020	27.272
Ajuste relativo a saldos patrimoniais de arrendamento-CPC 06 (Reversão) no resultado do período	(6.206)	11.723
Saldo final imposto de renda diferido ativo, líquido	32.814	39.020

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Resultado por ação

O cálculo do lucro líquido básico e diluído por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido da Companhia pela quantidade média ponderada de ações existentes no período.

A Companhia não possuía instrumentos diluidores do lucro nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025.

	Trimestre atual 01/04/2026 a 30/06/2026	Acumulado no exercício atual 01/01/2026 a 30/06/2026	Trimestre do exercício anterior 01/04/2025 a 30/06/2025	Acumulado no exercício anterior 01/01/2025 a 30/06/2025
Prejuízo / Lucro líquido do período	(9.287)	65.883	(20.563)	54.492
Quantidade média ponderada de ações do período	710.782.856	710.782.856	622.139.776	622.139.776
Prejuízo / Lucro por ação - básico e diluído (expressos em Reais)	(0,0131)	0,0927	(0,0331)	0,0876

27. Instrumentos financeiros

27.1. Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a alguns riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxas de juros, risco cambial e risco de preço.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de mudanças nas taxas de juros que pode impactar o retorno sobre equivalentes de caixa e sobre os empréstimos e financiamentos que têm suas taxas atreladas substancialmente à variação do CDI. Os parcelamentos de impostos estão atrelados substancialmente à Selic.

Em relação aos empréstimos e financiamentos, o risco associado decorre da possibilidade de aumento nas taxas de juros e/ou da variação cambial que resultem em acréscimo das despesas financeiras. Já para as aplicações financeiras, o risco decorre da possibilidade de redução nas taxas de CDI que diminuam as receitas financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de renegociação ou pagamento antecipado das

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

operações, ou mesmo contratar operações no mercado financeiro para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas e cambial.

Apresentamos, a seguir, o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve as oscilações que podem gerar ganhos ou perdas para a Companhia com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, representando 25% e 50% de deterioração da variável de risco considerada. Apesar da revogação da Instrução CVM no. 475/08, entendemos que a apresentação dos percentuais de deterioração de 25% e 50% continuam sendo úteis para entendimento da sensibilidade envolvida nos instrumentos financeiros da Companhia.

A análise de sensibilidade demonstrada abaixo considera a variação das taxas de juros sobre os ativos e passivos financeiros em 30 de junho de 2026:

	Risco	30/06/2026	Taxa	Resultado financeiro		
				Cenário provável	Cenário 25%	Cenário 50%
Ativos:				(i)		
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	Redução do CDI	375	CDI	24	18	12
Aplicações financeiras (AC)	Redução do CDI	2.037	CDI	294	221	147
Aplicações financeiras (ANC)	Redução do CDI	25.506	CDI	3.576	2.682	1.788
Partes relacionadas	Redução do CDI	690.553	CDI	96.816	72.612	48.408
Subtotal		718.471		100.710	75.533	50.355
Passivos:						
Empréstimos capital de giro (*)	Alta do CDI	(447.500)	CDI	(62.740)	(78.425)	(94.110)
Outros financiamentos (*)	Alta do CDI	(4.947)	CDI	(694)	(868)	(1.041)
Outros financiamentos (*)	Alta do IPCA	(64.172)	IPCA	(3.401)	(4.251)	(5.102)
Parcelamento de tributos	Alta da Selic	(7.071)	Selic	(990)	(1.238)	(1.485)
Subtotal		(523.690)		(67.825)	(84.782)	(101.738)
Total		194.781		32.885	(9.249)	(51.383)

(i) Para o cenário provável do CDI, foram consideradas as projeções da taxa anual DI pré conforme site B3 (14,02% a.a.) extraída em 03 de julho de 2026. Em relação ao cenário provável da SELIC foi considerada a projeção anual divulgada no Boletim Focus emitido pelo Banco Central em 03 de julho de 2026 (14,00% a.a.), assim como, a projeção anual do IPCA (5,30% a.a.).

(*) Valor bruto dos custos de transação de captações de recursos de terceiros no montante de R\$12.611.

	Risco	30/06/2025	Taxa	Resultado financeiro		
				Cenário provável	Cenário 25%	Cenário 50%
Ativos:				(i)		
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	Redução do CDI	1.037	CDI	70	53	35
Aplicações financeiras (AC)	Redução do CDI	1.840	CDI	278	209	139
Aplicações financeiras (ANC)	Redução do CDI	18.898	CDI	2.772	2.079	1.386
Partes relacionadas	Redução do CDI	565.828	CDI	83.007	62.255	41.504
Subtotal		587.603		86.127	64.596	43.064
Passivos:						
Empréstimos capital de giro (*)	Alta do CDI	(467.295)	CDI	(68.552)	(85.690)	(102.828)
Outros financiamentos (*)	Alta do CDI	(7.919)	CDI	(1.162)	(1.453)	(1.743)
Outros financiamentos (*)	Alta do IPCA	(80.349)	IPCA	(4.162)	(5.203)	(6.243)
Outros financiamentos (*)	Dolar+6,7%a	(1025)		(32)	(40)	(48)
Outros financiamentos (*)	8,4%a.a	(1025)		(32)	(40)	(48)
Parcelamento de tributos	Alta Selic	(8.081)	Selic	(1.212)	(1.515)	(1.818)
Subtotal		(564.669)		(75.120)	(93.901)	(112.680)
Total		(22.934)		11.007	(29.305)	(69.616)

(*) Valor bruto dos custos de transação de captações de recursos de terceiros no montante de R\$12.611

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial sobre captações de empréstimos realizados em moeda estrangeira, Dólar Norte-Americano (USD). No entanto, a Companhia utiliza-se de contratos de instrumentos financeiros nessas operações, a fim de neutralizar e/ou minimizar os efeitos da exposição cambial.

b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de créditos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber, os quais atualmente não são significativos, pois parte substancial das vendas é realizada à vista, ou, por meio de cartão de crédito, em que o risco de crédito é substancialmente das administradoras de cartões.

Para caixa e equivalentes de caixa, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não concentrar os investimentos em um único grupo econômico.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Para gerenciar a liquidez do caixa, a Administração estabelece premissas de desembolsos e recebimentos futuros, mantendo controle efetivo. Em 30 de junho de 2026, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$386.502 (R\$397.526 em 31 de dezembro de 2025).

O endividamento está representado substancialmente por empréstimos e financiamentos com terceiros e com partes relacionadas.

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de junho de 2026	Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Fornecedores	764.425	-	-	764.425
Passivo de arrendamento	111.920	199.198	31.240	342.358
Empréstimos com partes relacionadas	-	5.152	-	5.152
Empréstimos e financiamentos	105.834	355.757	42.417	504.008
Total	982.179	560.107	73.657	1.615.943

Em 30 de junho de 2025	Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Fornecedores	750.030	-	-	750.030
Passivo de arrendamento	113.974	242.939	36.350	393.263
Empréstimos com partes relacionadas	-	5.483	-	5.483
Empréstimos e financiamentos	160.896	319.619	66.839	547.354
Total	1.024.900	568.041	103.189	1.696.130

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetua operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros instrumentos de risco.

Instrumentos financeiros derivativos – as operações com derivativos têm por objetivo proteger a Companhia contra variações cambiais, taxas de juros prefixadas e de inflação conforme o IPCA-IBGE. A Companhia reconheceu os efeitos das operações com derivativos na demonstração de resultado.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros com o objetivo de gerenciar a liquidez e sua exposição a riscos de oscilação no câmbio. A gestão desses riscos é efetuada por meio de políticas e limites de exposição. A Administração não designou os instrumentos financeiros derivativos como *hedge accounting* e, portanto, há um efeito de ganhos e perdas da transação no resultado.

A alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos e conta com o suporte de profissionais capacitados que analisa os riscos financeiros e a estrutura de governança em riscos financeiros apropriada para a Companhia. Os profissionais fornecem garantia à alta Administração da Companhia de que as atividades da Companhia em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais
30 de junho de 2026
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir apresentamos a apuração do saldo de instrumentos financeiros derivativos:

Descrição	Valor notional atual	Valor notional original	Valor USD original	Troca			Início	Venciment o	Posição ativa	Posição passiva
				De	Para	Contrapart e				
Variação cambial	R\$17.778	R\$20.000	3.864	IPC A	CDI	Banco Safra	29/04/2024	17/05/2027	(6.212)	6.110
Variação cambial	R\$20.000	R\$20.000	3.864	IPC A	CDI	Banco Safra	25/06/2025	17/07/2028	(14.374)	14.255
Variação Cambial	R\$9.829	R\$9.829	1.931	IPC A	CDI	Banco BMG	26/05/2025	15/06/2029	(8.447)	8.617
Variação indexador	R\$11.667	R\$15.000	2.898	IPC A	CDI	Banco Bradesco	28/06/2024	15/07/2027	5.459	(5.543)
Variação indexador	R\$11.667	R\$15.000	2.898	IPC A	CDI	Banco Bradesco	02/07/2024	15/07/2027	5.459	(5.543)
Variação	R\$44.999	R\$44.999	8.693	TLP	CDI	Banco BV	16/06/2025	16/06/2028	40.910	(41.342)
Subtotal									22.795	(23.446)
Total líquido									(651)	

Resumo para apuração dos saldos no Passivo e Ativo						
Início	Vencimento	Tipo SWAP	Valor em moeda estrangeira	Ponta ativa (Em R\$)	Ponta passiva (Em R\$)	Ganho (perda)
29/04/2024	17/05/2027	Índice	\$3.864	(6.212)	6.110	(102)
25/06/2025	17/07/2028	Índice	\$3.864	(14.374)	14.255	(119)
26/05/2025	15/06/2029	Índice	\$1.931	(8.447)	8.616	169
28/06/2024	15/07/2027	Índice	\$2.898	5.459	(5.543)	(84)
02/07/2024	15/07/2027	Índice	\$2.898	5.459	(5.543)	(84)
16/06/2025	16/06/2028	Índice	\$8.693	40.910	(41.341)	(430)
				22.795	(23.446)	(651)

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Modalidade	Bancos	Empréstimos em		Derivativos em		Dívida líquida em	
		2026	2025	2026	2025	2026	2025
CCB	Banco do Brasil	183.700	207.712	-	-	183.700	207.712
CCB	Banco Bradesco	128.022	153.113	-	-	128.022	153.113
Outros financiamentos	Banco Bradesco	10.535	15.541	(169)	(432)	10.367	15.109
CCB	Banco Fibra	1.214	8.518	-	-	1.214	8.518
CCB	Caixa Econômica	71.298	57.008	-	-	71.298	57.008
CCB	SICOOB	39.030	44.025	-	-	39.030	44.025
Financiamentos	Banco Votorantim	41.310	51.309	(430)	-	40.880	51.309
CCB	Banco Safra	3.898	5.916	-	-	3.898	5.916
Contrato Fime de Material - 342708	Banco Safra	6.151	9.515	(102)	(234)	6.049	9.281
Contrato Fime	Banco Safra	13.992	17.328	(119)	(174)	13.873	17.154
Outros financiamentos	BMG	7.551	8.793	169	134	7.720	8.927
CTR 26-000064-00	Banestes	9.919	-	-	-	9.919	-
Nota Comercial - 14682025	Banco Ourinbank	-	8.080	-	-	-	8.080
Totais		516.620	586.858	(651)	(706)	515.970	586.152

27.2. Classificação dos instrumentos financeiros

	Classificação	Hierarquia Valor Justo	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	-	5.210	20.781
Contas a receber	Custo amortizado	Nível 2	80.515	100.863
Aplicação financeira	Custo amortizado	Nível 2	2.037	1.926
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	Nível 2	(650)	(706)
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	690.553	619.523
Depósitos judiciais	Custo amortizado	Nível 2	47.613	41.592
			825.278	783.979
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	764.425	872.383
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Nível 2	504.008	577.156
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	Nível 2	342.358	364.084
Empréstimos com partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	5.152	6.006
			1.615.943	1.819.629

Os saldos contabilizados em 30 de junho de 2026 estão próximos dos valores justos nas respectivas datas. Não houve alteração entre os níveis de hierarquia para determinação do valor justo durante o período de seis meses findos em 30 de junho de 2026.

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

27.3. Mudanças dos passivos financeiros nas atividades de financiamento

Descrição	Em 31 de dezembro de 2025	Pagamento de principal	Juros pagos	Novas captações, cancelamentos de contratos e remensurações	Custos de transação – Amortização	Custos de transação – Novos	Juros provisionados	Variação cambial	Em 30 de junho de 2026
Passivo de arrendamento	364.085	(58.313)	(23.648)	36.587	-	-	23.648	-	342.359
Empréstimos e financiamentos	577.156	(107.035)	(49.096)	40.298	2.355	(5.264)	45.594	-	504.008
Empréstimos com partes relacionadas	6.007	(1.355)	-	45	-	-	456	-	5.153
	947.248	(166.703)	(72.744)	76.930	2.355	(5.264)	69.698	-	851.520

Descrição	Em 31 de dezembro de 2024	Pagamento de principal	Juros pagos	Novas captações, cancelamentos de contratos e remensurações	Custos de transação – Amortização	Custos de transação	Juros provisionados	Variação cambial	Em 30 de junho de 2025
Passivo de arrendamento	427.110	(56.185)	(25.922))	22.338	-	-	25.922	-	393.263
Empréstimos e financiamentos	616.042	(390.275)	(43.547)	324.347	1.923	(4.061)	43.520	(595)	547.354
Empréstimos com partes relacionadas	6.312	(2.860)	-	1.590	-	-	441	-	5.483
	1.049.464	(449.320)	(69.469)	348.275	1.923	(4.061)	69.883	(595)	946.100

28. Pagamento baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 3 de dezembro de 2020 foi aprovado o Plano de Outorga de Ações Restritas. A Administração do plano e outorga de opções caberá ao Conselho de Administração. Até 30 de junho de 2026, não foram outorgadas opções e não houve, conseqüentemente, nenhum registro contábil desse plano.

29. Transações que não afetam caixa

As transações listadas a seguir afetaram as informações financeiras de forma relevante, contudo não impactaram o caixa:

	30/06/2026	30/06/2025
Abatimento de dividendos distribuídos do mútuo a receber de partes relacionadas	36.682	72.622
Arrendamentos contratados durante o período e provisão de desmantelamento	45.408	21.802
Remensuração de arrendamentos	260	15.949
Baixa de contratos de arrendamento	(8.062)	(13.007)
Dividendos Intermediários		45.000
Compensação de COFINS com créditos de PIS/COFINS	(3.814)	-

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Seguros contratados

Em 30 de junho de 2026, a Companhia mantém cobertura de seguros para o ativo imobilizado, estoques e despesas fixas de um ano, como a seguir indicados, para cobrir os riscos de eventuais sinistros:

- (a) Estabelecimentos comerciais (lojas) – incêndio, raio, explosão e outros eventos da natureza, no montante total de R\$769.776 (R\$738.442 em 31 de dezembro de 2025), com um limite máximo garantido de R\$98.100 (R\$98.100 em 31 de dezembro de 2025); Centros de Distribuição no montante total de R\$266.177 (R\$256.783 em 31 de dezembro de 2025), com um limite máximo garantido de R\$211.140 (R\$170.000 em 31 de dezembro de 2025);
- (b) Demais riscos, incluindo responsabilidade civil, nos montantes máximos de R\$5.500 (R\$5.500 em 31 de dezembro de 2025);
- (c) Seguro aeronáutico no montante limite de US\$13,3 milhões de dólares americanos (US\$ 13,3 em 2025), equivalentes a R\$69.418 (R\$76.371 em 2025);
- (d) Responsabilidade cível de Administradores e Diretores (D&O) com um limite máximo garantido de R\$60.000 (R\$ 60.000 em 31 de dezembro de 2025);
- (e) Proteção de Dados e Responsabilidade Cibernética (CyberEdge) com um limite máximo garantido de R\$1.000 (R\$ 1.000 em 31 de dezembro de 2025).

As informações relacionadas aos seguros contratados foram obtidas da Administração da Companhia e não foram objeto de procedimentos específicos por parte dos auditores independentes.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

À

Diretoria e Conselho de Administração da
Kalunga S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis trimestrais da Kalunga S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial intermediário em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações intermediárias do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data, e das demonstrações intermediárias das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional "IAS 34 - Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)", assim como pela apresentação dessas informações de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Trimestrais Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de demonstrações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis trimestrais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes da Demonstração do Valor Adicionado

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 2 às informações contábeis intermediárias, que descreve a reapresentação dos valores correspondentes da Demonstração do Valor Adicionado - DVA referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, em decorrência da revisão dos critérios de apresentação de determinados saldos da DVA, em atendimento à Resolução CVM nº 199/2024, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Conforme descrito na referida nota explicativa, a reapresentação consiste em reclassificações de apresentação entre as linhas de "Outras receitas", no grupo de "Receitas", e "Custos de mercadorias e serviços vendidos", no grupo de "Insumos adquiridos de terceiros", não alterando o valor adicionado bruto, o valor adicionado total a distribuir, o resultado do período, o patrimônio líquido ou os fluxos de caixa da Companhia. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações trimestrais do Valor Adicionado (DVA) – informação suplementar

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações intermediárias do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas informações intermediárias foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis trimestrais e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do Valor Adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesta norma e de maneira consistente em relação às informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de agosto de 2026.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.

CRC 2 SP 013846/O-1

Roberto Camargo

Contador CRC 1 SP 191164/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da Kalunga S.A. declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as informações trimestrais do período findo em 30 de junho de 2026.

São Paulo, 11 de agosto de 2026.

José Roberto Menezes Garcia
Diretor Presidente

Felipe de Albuquerque Campos
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Hoslei Amauri Touro Pimenta
Diretor

Plínio José Lopes Shiguematsu
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da Kalunga S.A., declaram que revisaram, discutiram e concordaram com a conclusão expressa no relatório do auditor independente sobre a revisão das informações trimestrais relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2026.

São Paulo, 11 de agosto de 2026.

José Roberto Menezes Garcia
Diretor Presidente

Felipe de Albuquerque Campos
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Hoslei Amauri Touro Pimenta
Diretor

Plínio José Lopes Shiguematsu
Diretor